



Informações
Contábeis
Intermediárias

2T23

Informações Contábeis Intermediárias

C&A Modas S.A.

30 de junho de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

C&A Modas S.A.

Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais.....	1
Informações contábeis intermediárias	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias.....	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
C&A Modas S.A.
Barueri – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da C&A Modas S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Flávio Serpejante Peppe', written over a circular stamp or mark.

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O

C&A Modas S.A.



Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	717.104	1.627.977	960.844	1.674.091
Títulos e valores mobiliários	7	4.510	8.735	4.510	8.735
Contas a receber	8	686.135	1.065.961	1.091.199	1.278.206
Derivativos	33.4	-	1.371	-	1.371
Partes relacionadas	9	278	4.335	98	95
Estoques	11	964.005	852.224	963.922	852.033
Tributos a recuperar	12	987.939	898.651	989.740	899.433
Outros ativos	13	67.256	39.200	67.279	39.259
Total do ativo circulante		3.427.227	4.498.454	4.077.592	4.753.223
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários - FIDC	7	575.244	-	-	-
Tributos a recuperar	12	762.801	937.371	762.801	937.371
Tributos diferidos	14	497.587	423.049	499.463	423.049
Depósitos judiciais	25.3	51.839	61.290	51.856	61.290
Partes relacionadas	9	47	76	47	76
Outros ativos	13	2.054	2.528	2.054	2.528
Total do ativo realizável a longo prazo		1.889.572	1.424.314	1.316.221	1.424.314
Investimento					
Imobilizado	16	815.052	865.545	815.052	865.545
Direito de uso – arrendamento mercantil	19	1.508.949	1.565.447	1.508.949	1.565.447
Intangível	17	995.218	1.020.702	995.536	1.021.065
Total do ativo não circulante		5.276.605	4.924.663	4.635.758	4.876.371
Total do ativo		8.703.832	9.423.117	8.713.350	9.629.594

C&A Modas S.A.



Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Arrendamentos	19	478.279	513.238	478.279	513.238
Fornecedores	20	903.918	1.466.548	919.722	1.478.387
Obrigações de risco sacado	21	312.392	386.266	312.392	386.266
Empréstimos e debêntures	22	416.252	582.558	416.252	746.015
Derivativos	32.4	4.286	1.756	4.286	1.756
Obrigações trabalhistas	23	181.779	198.732	183.108	198.732
Partes relacionadas	9	62.406	48.567	30.722	43.592
Tributos a recolher	24	103.666	245.954	105.011	248.041
Outros passivos		22.535	29.733	44.445	63.704
Total do passivo circulante		2.485.513	3.473.352	2.494.217	3.679.731
Não circulante					
Arrendamentos	19	1.265.761	1.275.974	1.265.761	1.275.974
Fornecedores	20	515.762	12.570	515.762	12.570
Empréstimos e debêntures	22	1.294.508	1.404.817	1.294.508	1.404.817
Obrigações trabalhistas		8.883	7.370	8.883	7.370
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25	194.821	182.750	195.636	182.847
Tributos a recolher	24	8.921	15.863	8.921	15.863
Outros passivos		51.461	50.226	51.461	50.226
Total do passivo não circulante		3.340.117	2.949.570	3.340.932	2.949.667
Total do passivo		5.825.630	6.422.922	5.835.149	6.629.398
Patrimônio líquido					
Capital social	26	1.847.177	1.847.177	1.847.177	1.847.177
Ações em tesouraria		(8.498)	(6.778)	(8.498)	(6.778)
Reserva de capital		42.064	37.641	42.064	37.641
Reserva de lucros		1.122.409	1.122.409	1.122.409	1.122.409
Resultados abrangentes		(2.829)	(254)	(2.829)	(254)
Prejuízos acumulados		(122.121)	-	(122.121)	-
Total participação de controladores		2.878.202	3.000.195	2.878.202	3.000.195
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(1)	1
Total do patrimônio líquido		2.878.202	3.000.195	2.878.201	3.000.196
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.703.832	9.423.117	8.713.350	9.629.594

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.



Demonstrações dos resultados

Trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

					Controladora			
					Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
					atual	no exercício	anterior	no exercício
					01/04/2023 a	01/01/2023 a	01/04/2022 a	01/01/2022 a
Nota					30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2022
explicativa								
Receita líquida	28				1.586.747	2.774.256	1.608.173	2.797.099
<i>Venda de mercadorias e serviços</i>					1.554.987	2.716.395	1.575.882	2.706.571
<i>Produtos e serviços financeiros</i>					31.760	57.861	32.291	90.528
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	29				(763.479)	(1.379.430)	(793.645)	(1.423.026)
<i>Venda de mercadorias e serviços</i>					(763.374)	(1.379.209)	(793.493)	(1.422.701)
<i>Produtos e serviços financeiros</i>					(105)	(221)	(152)	(325)
Lucro bruto					823.268	1.394.826	814.528	1.374.073
(Despesas) e receitas operacionais:								
Gerais e administrativas	29				(195.451)	(364.228)	(168.505)	(331.449)
Vendas	29				(503.910)	(985.748)	(554.287)	(1.118.864)
Equivalência patrimonial	15				(8.708)	(28.523)	(17.167)	(19.895)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29				5.902	11.517	14.688	13.284
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro					121.101	27.844	89.257	(82.851)
Resultado de variação cambial					2.282	1.599	(2.521)	1.228
Despesas financeiras					(158.507)	(326.552)	(144.090)	(253.895)
Receitas financeiras					40.730	108.532	51.439	89.176
Resultado FIDC C&A Pay					(6.756)	(6.756)		
Resultado financeiro	30				(122.251)	(223.177)	(95.172)	(163.491)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro					(1.150)	(195.333)	(5.915)	(246.342)
Impostos sobre o lucro	14				5.374	73.212	8.011	95.714
Lucro/(Prejuízo) do período					4.224	(122.121)	2.096	(150.628)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.



Demonstrações dos resultados

Trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	Consolidado			
		Trimestre atual	Acumulado no exercício atual	Trimestre anterior	Acumulado no exercício anterior
		01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Receita líquida	28	1.642.961	2.883.538	1.630.240	2.827.264
<i>Venda de mercadorias e serviços</i>		1.554.987	2.716.394	1.575.450	2.706.139
<i>Produtos e serviços financeiros</i>		87.974	167.144	54.790	121.125
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	29	(763.621)	(1.379.677)	(793.784)	(1.423.389)
<i>Venda de mercadorias e serviços</i>		(763.374)	(1.379.101)	(793.393)	(1.422.601)
<i>Produtos e serviços financeiros</i>		(247)	(576)	(391)	(788)
Lucro bruto		879.340	1.503.861	836.456	1.403.875
(Despesas) e receitas operacionais:					
Gerais e administrativas	29	(196.113)	(366.273)	(163.228)	(334.644)
Vendas	29	(528.003)	(1.037.026)	(585.481)	(1.149.829)
Perdas em créditos, líquidas		(58.962)	(103.086)	(12.192)	(13.386)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		5.669	11.260	13.704	12.300
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro	29	101.931	8.736	89.259	(81.684)
Resultado de variação cambial		2.282	1.599	(2.521)	1.228
Despesas financeiras		(151.690)	(320.613)	(144.805)	(255.137)
Receitas financeiras		43.652	112.278	51.706	89.721
Resultado com Títulos e valores mobiliários		1.157	1.157	-	-
Resultado financeiro	30	(104.599)	(205.579)	(95.620)	(164.188)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(2.668)	(196.843)	(6.361)	(245.872)
Impostos sobre o lucro	14	6.892	74.720	8.460	95.241
Lucro/(Prejuízo) do período		4.224	(122.123)	2.099	(150.631)
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores		-	(2)	3	(3)
Controladores		4.224	(122.121)	2.096	(150.628)
		4.224	(122.123)	2.099	(150.631)
Lucro/(Prejuízo) básico por ação – em R\$	35	0,0138	(0,3996)	0,0068	(0,4902)
Lucro/(Prejuízo) básico por ação diluído - em R\$	35	0,0138	(0,3996)	0,0067	(0,4902)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.



Demonstrações dos resultados abrangentes

Trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora			
	Trimestre atual	Acumulado no exercício atual	Trimestre do exercício anterior	Acumulado no exercício anterior
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	4.224	(122.121)	2.096	(150.628)
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	728	(3.901)	24.243	(4.140)
Efeitos tributários	(247)	1.326	(8.243)	1.408
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do período em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	481	(2.575)	16.000	(2.732)
Total do resultado abrangente	4.705	(124.696)	18.096	(153.360)

	Consolidado			
	Trimestre atual	Acumulado no exercício atual	Trimestre do exercício anterior	Acumulado no exercício anterior
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	4.224	(122.123)	2.099	(150.631)
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	728	(3.901)	24.243	(4.140)
Efeitos tributários	(247)	1.326	(8.243)	1.408
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do período em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	481	(2.575)	16.000	(2.732)
Total do resultado abrangente	4.705	(124.698)	18.099	(153.363)
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores	-	(2)	3	(3)
Controladores	4.705	(124.696)	18.096	(153.360)
Total do resultado abrangente	4.705	(124.698)	18.099	(153.363)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de seis meses findos em 30 de junho e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Reserva de capital			Reserva de lucro				Outros resultados abrangentes		Prejuízos acumulados	Total controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Ações outorgadas	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais	Reserva para investimento	Ajustes de avaliação patrimonial				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.847.177	(1.362)	10.516	17.345	65.050	75.720	11.552	969.256	(248)	-	2.995.006	3	2.995.009
Instrumentos patrimoniais outorgados													
– Remuneração baseada em ações	10	-	-	5.877	-	-	-	-	-	-	5.877	-	5.877
Recompra de ações		-	(2.895)	-	-	-	-	-	-	-	(2.895)	-	(2.895)
Destinação do resultado:													
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(150.628)	(150.628)	(3)	(150.631)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(2.732)	-	(2.732)	-	(2.732)
Saldos em 30 de junho de 2022	1.847.177	(4.257)	10.516	23.222	65.050	75.720	11.552	969.256	(2.980)	(150.628)	2.844.628	-	2.844.628
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.847.177	(6.778)	10.516	27.125	65.092	75.720	12.341	969.256	(254)	-	3.000.195	1	3.000.196
Instrumentos patrimoniais outorgados													
– Remuneração baseada em ações	10	-	-	4.423	-	-	-	-	-	-	4.423	-	4.423
Recompra de ações		-	(1.720)	-	-	-	-	-	-	-	(1.720)	-	(1.720)
Destinação do resultado:													
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(122.121)	(122.121)	(2)	(122.123)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(2.575)	-	(2.575)	-	(2.575)
Saldos em 30 de junho de 2023	1.847.177	(8.498)	10.516	31.548	65.092	75.720	12.341	969.256	(2.829)	(122.121)	2.878.202	(1)	2.878.201

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos de seis meses findos em 30 de junho 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)



Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda	(195.333)	(246.342)	(196.843)	(245.872)
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos impostos com o fluxo de caixa:				
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas	8.4	1.776	2.458	104.654
Ajuste a valor presente do contas a receber e fornecedores		(7.793)	3.589	(7.793)
Despesas com remuneração baseado em ações	10	4.423	5.877	4.423
Constituição de provisão para perda nos estoques	11.3	34.305	26.728	34.305
Ganho/Reconhecimento de processos tributários, incluindo atualização monetária	12.2.1.4	(39.406)	(40.972)	(39.406)
Equivalência patrimonial	15.2	28.523	19.895	-
Depreciação e amortização	16.3 e 17.3	178.181	163.507	178.226
Constituição (Reversão) de provisão para redução ao valor recuperável do imobilizado, intangível e direito de uso		(2.226)	(6.408)	(2.226)
Perda na venda ou baixa do imobilizado e intangível		5.269	4.273	5.269
Amortização do direito de uso	19.4	188.395	189.726	188.395
Baixa de arrendamento		(2.581)	-	(2.581)
Juros sobre arrendamentos	19.4	83.942	80.129	83.942
Juros sobre empréstimos	22.4	132.915	105.489	132.915
Amortização custos de transação de empréstimos	22.4	1.968	1.209	2.767
Constituição (Reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		24.424	14.758	25.142
Atualização de depósitos judiciais		(4.888)	(6.234)	(4.888)
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários		(375)	(417)	(375)
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes		386.077	620	90.380
Partes relacionadas		17.925	(16.341)	(12.844)
Estoques		(146.086)	(138.472)	(146.194)
Tributos a recuperar		124.829	119.362	123.810
Outros créditos		(27.582)	(47.944)	(27.546)
Fundo de investimento		(575.244)	-	-
Resgate de aplicações em títulos e valores mobiliários		4.459	-	4.459
Depósitos judiciais		10.757	354	10.740
Fornecedores		(35.292)	(110.562)	(31.327)
Obrigações de risco sacado		(73.874)	(139.013)	(73.874)
Obrigações trabalhistas		(15.440)	(27.510)	(14.111)
Outros passivos		(6.053)	(1.195)	(18.114)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(8.771)	(7.459)	(8.771)
Tributos a pagar		(128.536)	(86.145)	(129.092)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(20.694)	(4.466)	(21.248)
Fluxo de caixa originado das (consumido pelas) atividades operacionais		(62.006)	(141.506)	252.194
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado		(37.949)	(120.394)	(37.949)
Aquisição de intangível		(92.047)	(171.368)	(92.047)
Investimento em controlada		(47.682)	-	-
Recebimento por vendas de ativos imobilizados		369	192	369
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento		(177.309)	(291.570)	(129.627)
Atividades de financiamento				
Novos empréstimos e emissão de debêntures		250.000	850.000	381.372
Custos de transação de empréstimos/debêntures		(3.950)	(5.811)	(4.750)
Pagamento do principal dos empréstimos		(432.500)	(21.500)	(725.429)
Pagamento de juros sobre empréstimos		(225.048)	(62.432)	(226.947)
Pagamento do principal e juros de arrendamentos		(258.340)	(238.047)	(258.340)
Recuperação de ações		(1.720)	(2.895)	(1.720)
Fluxo de caixa originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(671.558)	519.315	(835.814)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		(910.873)	86.239	(713.247)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.627.977	1.003.249	1.674.091
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		717.104	1.089.488	960.844

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.



Demonstrações dos valores adicionados
Períodos de seis meses findos em 30 de junho 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.626.124	3.626.012	3.745.011	3.660.479
Outras receitas operacionais	9.997	19.475	9.997	19.475
Provisão/reversão de perda crédito esperada	79	(397)	(103.007)	(13.782)
	3.636.200	3.645.090	3.652.001	3.666.172
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos prod. merc. e serv. vendidos	(1.363.887)	(1.406.891)	(1.363.779)	(1.406.790)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(424.903)	(526.497)	(454.947)	(538.053)
Perda/recuperação de valores ativos	(12.478)	(10.831)	(12.478)	(10.831)
	(1.801.268)	(1.944.219)	(1.831.204)	(1.955.674)
Valor adicionado bruto	1.834.932	1.700.871	1.820.797	1.710.498
Depreciação e amortização	(178.180)	(163.507)	(178.226)	(163.555)
Depreciação do direito de uso	(188.396)	(189.726)	(188.396)	(189.726)
Retenções	(366.576)	(353.233)	(366.622)	(353.281)
Valor adicionado líquido produzido	1.468.356	1.347.638	1.454.175	1.357.217
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(28.523)	(19.895)	-	-
Receitas financeiras	114.030	115.084	125.965	115.657
	85.507	95.189	125.965	115.657
Valor adicionado total a distribuir	1.553.863	1.442.827	1.580.140	1.472.874
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	405.474	430.667	428.972	454.673
Remuneração direta	299.790	316.472	319.426	337.097
Benefícios	68.259	79.003	68.321	79.003
F.G.T.S.	27.540	27.169	27.620	27.169
Outros	9.885	8.023	13.605	11.404
Impostos, Taxas e contribuições	842.951	788.365	851.705	793.169
Federais	242.889	221.037	250.000	225.080
Estaduais	567.573	539.411	567.573	539.668
Municipais	32.489	27.917	34.132	28.421
Remuneração de capitais de terceiros	427.559	374.423	421.586	375.663
Aluguéis	98.481	103.644	98.481	103.644
Despesas financeiras	329.078	270.779	323.105	272.019
Remuneração de capitais próprios	(122.121)	(150.628)	(122.123)	(150.631)
Prejuízos do período	(122.121)	(150.628)	(122.123)	(150.631)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			-	-
Distribuição do valor adicionado	1.553.863	1.442.827	1.580.140	1.472.874

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. (doravante denominada “Companhia” ou “Controladora”) tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui 33,54% das ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação “CEAB3” e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A C&A Modas e suas controladas (em conjunto “Grupo” ou “Consolidado” tem como atividades preponderantes:

- a comercialização no varejo, em lojas físicas e no mercado eletrônico, de vestuário, calçados, acessórios, aparelhos celulares, relógios, bijuterias, cosméticos, entre outros.
- prestação de serviços de intermediação de concessão de crédito para financiamento de compras, emissão de cartão de crédito e empréstimos pessoais, além de intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e quaisquer terceiros que detenham tais produtos.
- realização das atividades próprias de instituição de pagamento.
- a confecção de artigos do vestuário fabricados exclusivamente por terceiros, em suas próprias dependências, mediante a remessa de insumos com distribuição dos produtos exclusivamente para a Controladora.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 333 lojas (332 lojas em 31 de dezembro de 2022), abastecidas por 7 operações logísticas e 4 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O Grupo também comercializa seus produtos por meio de serviço de e-commerce.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Grupo referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) que é correlata à norma internacional de relatório financeiro (IFRS) IAS 34 – *Interim Financial Reporting Standards* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).



Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo, conforme Orientação Técnica OCPC07.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2023 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2023.

2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pelo Grupo durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Alteração em quadros e notas explicativas

O Grupo revisa constantemente suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e, quando necessário, realiza reclassificações ou correções. Durante a preparação de suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, o Grupo identificou a necessidade de reclassificar determinados valores e, visando atender ao conceito de comparabilidade trazido pelo CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, refletiu estas reclassificações sobre os saldos correspondentes de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022, conforme apresentado abaixo. Estas reclassificações não modificam os valores totais e resultados anteriormente divulgados, assim como não afeta as demonstrações contábeis:



2.4.1. – Demonstrações dos valores adicionados

Após a emissão das informações contábeis intermediárias referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, a Administração identificou um erro de divulgação na Demonstração dos valores adicionados e por este motivo está sendo reapresentado. Esse erro não teve impacto nos saldos do Balanço e nas Demonstrações do Resultado do Período. Os efeitos são como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Como anteriormente reportado em 30/06/2022	Reclassificação	Saldo em 30/06/2022 (Reapresentado)	Como anteriormente reportado em 30/06/2022	Reclassificação	Saldo em 30/06/2022 (Reapresentado)
Receitas						
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.601.365	24.647	3.626.012	3.635.832	24.647	3.660.479
Outras receitas operacionais	19.475	-	19.475	19.475	-	19.475
Provisão/reversão de perda crédito esperada	(397)	-	(397)	(13.782)	-	(13.782)
	<u>3.620.443</u>	<u>24.647</u>	<u>3.645.090</u>	<u>3.641.525</u>	<u>24.647</u>	<u>3.666.172</u>
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos prod. merc. e serv. vendidos	(1.391.861)	(15.030)	(1.406.891)	(1.391.760)	(15.030)	(1.406.790)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(526.497)	-	(526.497)	(538.053)	-	(538.053)
Perda/recuperação de valores ativos	(10.831)	-	(10.831)	(10.831)	-	(10.831)
	<u>(1.929.189)</u>	<u>(15.030)</u>	<u>(1.944.219)</u>	<u>(1.940.644)</u>	<u>(15.030)</u>	<u>(1.955.674)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.691.254</u>	<u>9.617</u>	<u>1.700.871</u>	<u>1.700.881</u>	<u>9.617</u>	<u>1.710.498</u>
Depreciação e amortização	(163.507)	-	(163.507)	(163.555)	-	(163.555)
Depreciação do direito de uso	(172.727)	(16.999)	(189.726)	(172.727)	(16.999)	(189.726)
Retenções	<u>(336.234)</u>	<u>(16.999)</u>	<u>(353.233)</u>	<u>(336.282)</u>	<u>(16.999)</u>	<u>(353.281)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>1.355.020</u>	<u>(7.382)</u>	<u>1.347.638</u>	<u>1.364.599</u>	<u>(7.382)</u>	<u>1.357.217</u>
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	(19.895)	-	(19.895)	-	-	-
Receitas financeiras	110.735	4.349	115.084	111.280	4.377	115.657
	<u>90.840</u>	<u>4.349</u>	<u>95.189</u>	<u>111.280</u>	<u>4.377</u>	<u>115.657</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.445.860</u>	<u>(3.033)</u>	<u>1.442.827</u>	<u>1.475.879</u>	<u>(3.005)</u>	<u>1.472.874</u>
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos						
Remuneração direta	430.667	-	430.667	454.673	-	454.673
Benefícios	316.472	-	316.472	316.472	20.625	337.097
F.G.T.S.	79.003	-	79.003	79.003	-	79.003
Outros	27.169	-	27.169	27.169	-	27.169
	8.023	-	8.023	32.029	(20.625)	11.404
Impostos, Taxas e contribuições	<u>769.330</u>	<u>19.035</u>	<u>788.365</u>	<u>774.105</u>	<u>19.064</u>	<u>793.169</u>
Federais	202.463	18.574	221.037	206.477	18.603	225.080
Estaduais	538.950	461	539.411	539.207	461	539.668
Municipais	27.917	-	27.917	28.421	-	28.421
Remuneração de capitais de terceiros	<u>396.491</u>	<u>(22.068)</u>	<u>374.423</u>	<u>397.732</u>	<u>(22.069)</u>	<u>375.663</u>
Aluguéis	124.851	(21.207)	103.644	124.851	(21.207)	103.644
Despesas financeiras	271.640	(861)	270.779	272.881	(862)	272.019
Remuneração de capitais próprios	<u>(150.628)</u>	<u>-</u>	<u>(150.628)</u>	<u>(150.631)</u>	<u>-</u>	<u>(150.631)</u>
Lucros retidos	(150.628)	-	(150.628)	(150.631)	-	(150.631)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	-	-	-
Distribuição do valor adicionado	<u>1.445.860</u>	<u>(3.033)</u>	<u>1.442.827</u>	<u>1.475.879</u>	<u>(3.005)</u>	<u>1.472.874</u>



2.4.2. – Composição dos saldos de Fornecedores e Obrigações de risco sacado

Após a emissão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração visando melhorar a forma de apresentação sobre as operações de risco sacado, revisou o formato de apresentação e passou a demonstrar em nota separada com a nomenclatura “Obrigações de risco sacado” e não mais em “Fornecedores”.

	Controladora			Consolidado		
	Como anteriormente reportado em 31/12/2022	Reclassificação	Saldo em 31/12/2022	Como anteriormente reportado em 31/12/2022	Reclassificação	Saldo em 31/12/2022
Composição dos Fornecedores						
Fornecedores de mercadorias	706.318	-	706.318	706.318	-	706.318
Fornecedor Bradescard	469.328	-	469.328	469.328	-	469.328
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	324.069	-	324.069	335.908	-	335.908
Obrigações de Risco Sacado	386.266	(386.266)	-	386.266	(386.266)	-
Ajuste a valor presente	(20.597)	-	(20.597)	(20.597)	-	(20.597)
	<u>1.865.384</u>	<u>(386.266)</u>	<u>1.479.118</u>	<u>1.877.223</u>	<u>(386.266)</u>	<u>1.490.957</u>
Passivo circulante	1.852.814	(386.266)	1.466.548	1.864.653	(386.266)	1.478.387
Passivo não circulante	12.570	-	12.570	12.570	-	12.570
Obrigações de Risco Sacado						
Obrigações de Risco Sacado	-	386.266	386.266	-	386.266	386.266
	-	386.266	386.266	-	386.266	386.266

3. Base de consolidação

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros do mesmo grupo econômico são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, Orion Instituição de Pagamento S.A., Moda Lab Ltda e C&A Pay Holding Financeira Ltda, e indireta, C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. O Grupo também consolida as demonstrações financeiras do FIDC C&A Pay, tendo em vista que a C&A Modas é a titular de todas as quotas subordinadas e está exposta a maioria dos riscos e benefícios do fundo. Na consolidação do FIDC C&A Pay, são eliminados todos os ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre o Grupo e o FIDC C&A Pay.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas Diretas	Participação	
	30/06/2023	31/12/2022
Orion Instituição de Pagamento S.A.	99,99%	99,99%
Moda Lab Ltda.	99,00%	99,00%
C&A Pay Holding Financeira Ltda.	99,99%	99,99%
Controlada Indireta		
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	99,99%	99,99%
Fundo de Investimento		
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100,00%	-

3.1. Orion Instituição de Pagamento S.A.

A Orion Instituição de Pagamento S.A tem como objeto social a realização das atividades de instituição de arranjos de pagamento, prestação de serviços de pagamento nas modalidades de emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador, subcredenciador e iniciador de transação de pagamento, entre outras atividades relacionadas a uma instituição de pagamento.

3.2. Moda Lab Ltda.

Em 05 de maio de 2022 foi constituída a empresa Moda Lab Ltda., cujo objeto social tem como atividade principal a confecção de artigos de vestuários fabricados exclusivamente por terceiros, em suas próprias dependências, por encomenda e mediante remessa de insumos, moldes, matrizes ou modelos. As vendas da Moda Lab Ltda., são realizadas exclusivamente para sua controladora.

3.3. C&A Pay Holding Financeira Ltda

Em 27 de dezembro de 2022 foi constituída a Empresa C&A Pay Holding Financeira Ltda, cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., a qual recebeu autorização em 30 de dezembro de 2022 do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador.

3.4. C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Em 30 de dezembro de 2022 a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. recebeu autorização do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador. Esta Companhia passou a operar em 02 de maio de 2023.



3.5. C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados

Em 02 de maio de 2023 foi iniciada a operação de um FIDC (C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados), em que a C&A Modas é a única cotista. O FIDC adquiriu inicialmente a carteira do C&A Pay que estava na Orion Instituição de Pagamento. A partir de maio/23, a gestão e concessão de crédito do C&A Pay foram transferidas para a SCD C&A Pay, que passou a originar os ativos e ceder para o FIDC.

4. Políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4.1. Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4.2. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2023

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não apresentam impacto significativo nas demonstrações contábeis intermediárias. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas.

a) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Destina-se a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

Essas alterações não tiveram impacto nas informações contábeis intermediárias do Grupo.



b) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

Essas alterações não tiveram impacto nas informações contábeis intermediárias do Grupo.

c) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 não tiveram impacto nas informações contábeis intermediárias do Grupo.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- c) provisões para perdas esperadas de créditos;
- d) provisão para perdas nos estoques;
- e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- f) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- i) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
- j) participação nos lucros;
- k) pagamentos com base em ações; e
- l) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento.



A mensuração da provisão para disputas trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de perdas sobre o valor total da causa (que representa a exposição máxima estimada a que o Grupo está sujeita), informada para cada processo pelos assessores jurídicos do Grupo.

6. Caixa e equivalentes de caixa

6.1. Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado para o que é mantido até o vencimento e ao valor justo para o que é disponível para venda, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Caixa	5.239	4.426	5.239	4.426
Bancos	24.688	53.930	25.640	56.621
Equivalente de caixa	687.177	1.569.621	929.965	1.613.044
	717.104	1.627.977	960.844	1.674.091

O Grupo possui equivalentes de caixa referentes a aplicações financeiras de renda fixa, indexadas à variação de 50% a 103,9% dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDIs”), podendo ser resgatadas a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.



7. Títulos e valores mobiliários

7.1. Política contábil

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com a intenção de uso do Grupo.

7.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

	Indexador	Taxa	Controladora		Consolidado	
			30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	100%	4.510	8.735	4.510	8.735
FIDC – C&A Pay		100%	575.244	-	-	-
			579.754	8.735	4.510	8.735
Ativo circulante			4.510	8.735	4.510	8.735
Ativo não circulante			575.244	-	-	-

O Grupo possui aplicações financeiras em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro), títulos públicos indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com vencimento em setembro de 2023. A intenção é permanecer com esse título até o vencimento e por este motivo, classifica como custo amortizado.

7.3. FIDC C&A Pay

Em maio de 2023, foram iniciadas as operações do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, não padronizados, sob a forma de condomínio fechado, regido por regulamento interno e disciplinado pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356, pela Instrução CVM 444 e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Em 30 de junho de 2023 a totalidade das cotas emitidas pelo fundo são de titularidade da C&A, único cotista do fundo até esta data. As cotas de cada classe ou série somente serão resgatadas em caso de liquidação do Fundo.

A seguir está representada a estrutura de patrimônio do FIDC C&A Pay, em 30 de junho de 2023:

Quotas	% PL do Fundo	Quantidade em 30/06/2023	Valor da cota	Valor em 30/06/2023
Subordinadas	100%	583.870	0,9852	575.244

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2023, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período de seis meses do FIDC C&A Pay estão demonstrados abaixo:

	FIDC C&A Pay
	<u>30/06/2023</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	12
Aplicações financeiras	13.610
Contas a receber	619.939
Outros créditos	75.003
Total do ativo	<u>708.564</u>
Passivo e patrimônio líquido	
Contas a pagar	132.012
Patrimônio líquido	576.552
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>708.564</u>
	<u>01/01/2023 a 30/06/2023</u>
Resultado dos direitos creditórios	<u>(6.117)</u>
Rendas de operações de créditos	31.730
Perdas com direitos creditórios	(37.847)
Títulos públicos federais	<u>1.157</u>
Rendas com aplicações financeiras	1.157
Resultado	<u>(4.960)</u>
Despesas operacionais	(488)
Resultado do período	<u>(5.448)</u>



8. Contas a receber

8.1. Política contábil

As contas a receber compreendem os recebíveis pela venda de mercadorias, realizadas com cartões de crédito de terceiros e com cartão digital próprio através do cartão C&A Pay. Compreendem também os valores a receber referentes à parceria que oferece serviços financeiros aos clientes e, em menor montante, valores a receber de parceiros comerciais. São apresentadas a valores de realização.

As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data das transações e sua realização é registrada em contrapartida à receita de vendas.

Para as vendas com cartão de crédito de terceiros, o risco de inadimplência é assumido pelas operadoras de cada cartão. Para as compras com cartão próprio o risco é do Grupo. O Grupo reconhece as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente ("chargebacks") e as perdas esperadas de crédito conforme mencionado na Nota 32.2.b.ii.

As perdas atuais englobam operações de crédito baixadas para prejuízo após 360 dias de atraso, valores não conciliados com parceiros de negócio, e vendas não reconhecidas pelos clientes, as quais não são relevantes quando comparadas ao total de recebíveis do Grupo

8.2. Composição das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Operadoras de cartão (a)	483.160	733.956	483.160	733.956
Cartão C&A Pay – partes relacionadas (b)	161.648	308.796	-	-
Cartão C&A Pay – terceiros (c)	-	-	-	562.632
Direitos Creditórios FIDC C&A Pay (d)	-	-	702.483	-
Ajuste a valor presente	(13.722)	(21.749)	(13.722)	(21.749)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(16.858)	(16.937)	(146.813)	(81.375)
Contas a receber clientes	614.228	1.004.066	1.025.108	1.193.464
Comissão a receber – seguradoras	20.237	30.486	20.256	45.924
Parceria Bradescard (e)	23.912	2.343	23.912	2.343
Outros (f)	27.758	29.066	21.923	36.475
Outras contas a receber	71.907	61.895	66.091	84.742
Total do contas a receber	686.135	1.065.961	1.091.199	1.278.206

- (a) Operações de cartão de crédito que envolvem instituições financeiras e bandeiras
 (b) Contas a receber pela C&A referente a operações de venda com cartão Private Label C&A Pay
 (c) Contas a receber dos clientes pelas operações com cartão Private Label C&A Pay
 (d) Contas a receber dos clientes pelas operações com cartão Private Label C&A Pay cedido ao FIDC
 (e) Refere-se a valores a receber do banco Bradescard referente à parceria
 (f) Contas a receber diversos, como: venda de matéria-prima, sub-locação, verbas com fornecedores.



8.3. Antecipação de recebíveis

O Grupo antecipou em junho de 2023, junto às adquirentes, o montante de R\$251.817 (259.112 em dezembro de 2022) referente aos seus recebíveis de cartão de crédito. Essa operação teve um custo de R\$3.105 no período de seis meses, equivalente a uma taxa de 1,06% a 1,2% ao mês, registrado como despesa financeira - antecipação de recebíveis (vide nota 30).

Durante o segundo trimestre de 2023, a C&A Modas antecipou seus recebíveis com a sua controlada C&A Pay SCD no montante de R\$343.988, com um custo de R\$6.902, equivalente a uma taxa de 1,25% a 1,80%, registrado como despesa financeira na empresa C&A Modas e como receita financeira na empresa C&A Pay SCD, as quais foram eliminadas na consolidação do Grupo (nota 30).

8.4. Carteira de crédito C&A Pay por faixa de atraso

	FIDC C&A Pay	
	30/06/2023	31/12/2022
A vencer:		
Até 30 dias	147.893	127.055
De 31 a 60 dias	98.779	85.049
De 61 a 90 dias	74.636	58.792
De 91 a 180 dias	114.740	107.183
Acima de 180 dias	58.798	66.426
	494.846	444.505
Vencidos:		
Até 30 dias	17.628	10.381
De 31 a 60 dias	14.505	10.293
De 61 a 90 dias	25.124	15.454
Há mais de 90 dias	150.380	81.999
	207.637	118.127
Total	702.483	562.632

8.5. Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Saldo em 31 de dezembro	(16.937)	(16.968)	(81.375)	(17.461)
(Provisão)/Reversão	(1.776)	(2.458)	(104.654)	(15.843)
Perda	1.855	2.272	39.216	2.272
Saldo em 30 de junho	(16.858)	(17.154)	(146.813)	(31.032)
<i>Provisão de perda C&A Pay</i>	-	-	(129.955)	(13.878)
<i>Provisão para outras perdas</i>	(16.858)	(17.154)	(16.858)	(17.154)

As perdas esperadas com cartão C&A Pay (*Private Label*) são constituídas pelo Grupo com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios de faixa de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso e da carteira como um todo, em conformidade com a metodologia do CPC 48/IFRS 9.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações de crédito são baixadas para prejuízo após 360 dias de atraso, e assim são revertidas as provisões de perdas esperadas.

As operações de crédito são constituídas por saldos *on balance* (carteira ativa) e *off-balance* (limites concedidos e não utilizados).

Os três estágios apresentados a seguir, são utilizados como componentes de cálculo de perda esperada de carteira de crédito.

Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Em dia e até 30 dias de atraso	Atraso de 31 até 90 dias	Atraso de 91 até 360 dias

À medida que as operações do cartão C&A Pay se consolidam, a modelagem adotada é revisada de modo que o nível de provisão reflita o cenário macroeconômico e mudanças no perfil dos clientes.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

FIDC C&A Pay			
30/06/2023			
	Carteira	Provisão	% Cobertura
Estágio 1	496.115	10.418	2,10%
Estágio 2	52.610	5.314	10,10%
Estágio 3	153.758	113.903	74,08%
Saldo carteira ativa (<i>on balance</i>)	702.483	129.635	18,45%
Saldo de limites concedidos e não utilizados (<i>off balance</i>)	1.621.877	320	0,02%
Total Geral	2.324.360	129.955	5,59%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito			18,50%

8.6. Ajuste a valor presente

O Grupo efetua o desconto a valor presente de seus recebíveis considerando taxas de juros diretamente relacionadas com o perfil de crédito dos clientes. As taxas médias de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram de 1,07% e 1,12%, respectivamente. A realização do ajuste a valor presente é registrada em contrapartida à receita de vendas.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas, realizadas para auxiliar as operações do Grupo, são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes. Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

A relação que o Grupo possui com as partes relacionadas é como segue:

Controladora direta	Associada, sem influência significativa
COFRA Investments Incas SARL	C&A Services C&A Sourcing
Controladora indireta final	COFRA Latin America
COFRA AG	Instituto C&A
Controlada direta	
Orion Instituição de Pagamento S.A. Moda Lab Ltda. C&A Pay Holding Financeira Ltda	Associada sob influência direta
	Cyamprev Soc. Previd. Privada
Fundo de investimento	Controlada indireta
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

9.1. Transações nos balanços patrimoniais

Ativo	Natureza do saldo	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Contas a receber					
Instituto C&A de Desenvolvimento Social	Compartilhamento de despesas	31	28	31	28
COFRA Latin America	Compartilhamento de despesas	10	10	10	10
Orion Inst. Pagamento	Compartilhamento de despesas	8	4.240	-	-
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto	Operações de cartões	172	-	-	-
		221	4.278	41	38
Despesas antecipadas					
C&A Service	Pagto de licenças	104	133	104	133
		104	133	104	133
Total do ativo com partes relacionadas		325	4.411	145	171
Ativo circulante com partes relacionadas		278	4.335	98	95
Ativo não circulante com partes relacionadas		47	76	47	76

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Natureza do saldo	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Contas a pagar					
C&A Sourcing	Fornecimento de mercadoria	29.787	41.713	29.787	41.713
Cyamprev Soc. Previd. Privada	Contribuição mensal previdência	911	1.879	935	1.879
Orion Inst. Pagamento	Reembolso de despesas	-	4.975	-	-
FIDC C&A Pay	Valores a repassar por recebimento de faturas	30.586	-	-	-
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto	Reembolso de despesas	1.122	-	-	-
		62.406	48.567	30.722	43.592
Total do passivo com partes relacionadas		62.406	48.567	30.722	43.592
Passivo circulante com partes relacionadas		62.406	48.567	30.722	43.592



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Transações nas demonstrações do resultado do período

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Reembolso pelo compartilhamento de despesa				
Cyamprev Soc. Prev. Privada	191	446	191	446
COFRA Latin America	44	50	44	50
Orion Inst. Pagamento	11.636	20.664	-	-
	11.871	21.160	235	496
Antecipação de recebíveis				
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto	(6.902)	-	-	-
	(6.902)	-	-	-
Compras de mercadorias				
C&A Sourcing	(175.275)	(205.005)	(175.275)	(205.005)
	(175.275)	(205.005)	(175.275)	(205.005)
Compras de serviços				
C&A Services	(904)	(832)	(904)	(832)
COFRA Latin America	(115)	(107)	(115)	(107)
	(1.019)	(939)	(1.019)	(939)
Contribuições previdenciárias				
Cyamprev Soc. Prev. Privada	(2.978)	(3.726)	(2.988)	(3.726)
	(2.978)	(3.726)	(2.988)	(3.726)

9.3. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração

As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 foram como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração fixa	6.773	6.031
Remuneração variável	3.679	898
Contribuições planos pós empregatícios	46	197
Incentivo de longo prazo	2.858	3.318
Total sem encargos	13.356	10.444
Encargos	4.636	1.688
Total com encargos	17.992	12.132

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de março de 2023, foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2023, determinada no valor de até R\$35.457 (R\$31.645 para o exercício de 2022).



10. Plano de remuneração baseado em ações

O Grupo conta atualmente com Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 02 de outubro de 2019, do qual derivam programas aprovados em Conselho de Administração e respectivas outorgas para as pessoas elegíveis. Até o momento foram realizadas outorgas no âmbito de programas aprovados nos anos de 2019, 2021 e 2022 (“Outorgas 2019”, “Outorgas 2021” e “Outorgas 2022”, respectivamente).

Outorgas 2019

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2019 foi aprovado o primeiro programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 1.148.148 opções concedidas à alta administração, divididos em três lotes distintos.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de fevereiro de 2020 foi aprovada a alteração de algumas das condições das outorgas de opções vigentes.

Em 22 de dezembro de 2021 foi realizada reunião do Conselho de Administração em que foi aprovada uma nova alteração das condições das outorgas de 1.062.037 opções das 1.148.148 concedidas. Essas opções passaram a seguir as mesmas regras das “Outorgas 2021”, e por este motivo passaram a ser divulgadas em conjunto. A seguir são descritas as regras das outorgas remanescentes de 86.111, atualmente vigente do programa “Outorgas 2019”.

A titularidade das opções de conversão de ações será adquirida pelos participantes em proporções idênticas de 33,33%, em cada aniversário do plano ao longo do exercício de três anos após a data da outorga.

A transferência, que será realizada independente do participante se manter como empregado ou administrador do Grupo, é sujeita à verificação da seguinte condição: o preço médio por Ação na bolsa de valores do Brasil (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) durante os 22 (vinte e dois) pregões imediatamente anteriores à cada data de exercício das Opções Vestidas deverá ser igual ou superior ao preço por Ação pago pelos investidores na oferta pública inicial da Companhia (IPO), corrigido de acordo com o índice IPCA/IBGE, reduzido pelo valor por Ação distribuído a título de distribuições e juros sobre capital próprio e ajustado para refletir eventuais bonificações, desdobramentos ou grupamentos de ações ocorridos entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções Vestidas.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas em cada aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas possuirão três anos de restrição após cada data de transferência.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2023 é de 2,31 anos. O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante o semestre é de R\$8,99 do programa original e R\$2,19 *fair value* (valor justo) incremental para as opções pós substituições, conforme procedimento de cálculo previsto pelo CPC 10. O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou split de ações.

Outorgas 2021

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 1.412.194 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote. Em reunião do Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2021 foi aprovada a uniformização das regras de 1.062.037 opções da Outorga 2019 em linha com as Outorgas 2021.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2023 é de 0,65 anos. O valor justo das opções outorgadas durante o primeiro semestre de 2023 é de R\$12,45.

Outorgas 2022

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de maio de 2022, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 3.619.618 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2023 é de 1,73 anos. O valor justo das opções outorgadas durante o primeiro semestre de 2023 é de R\$2,66.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou split de ações.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outorgas 2023

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2023, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 4.712.639 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2023 é de 2,86 anos. O valor justo das opções outorgadas durante o segundo trimestre de 2023 é de R\$5,36.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou split de ações.

Movimentação:

Programa	Outorgas 2019					Total
	Outorgas 2019 2ª substituição	transferidas para Outorga 2021	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	
Saldo em 31/12/2021	86.111	1.062.037	1.463.569	-	-	2.611.717
Outorgadas	-	-	68.836	3.619.618	-	3.688.454
Prescritas	-	-	(177.730)	(199.829)	-	(377.559)
Saldo em 31/12/2022	86.111	1.062.037	1.354.675	3.419.789	-	5.922.612
Outorgadas	-	-	-	-	4.712.639	4.712.639
Prescritas	-	-	(118.141)	(403.246)	-	(521.387)
Saldo em 30/06/2023	86.111	1.062.037	1.236.534	3.016.543	4.712.639	10.113.864

Premissas:

	Outorgas 2019 (adicional da substituição)			Outorgas 2019 (substituição dez21)	Outorgas 2021	Outorgas 2022
	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote único	Lote único	Lote único
	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Modelo de precificação						
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa livre de risco	5,63%	5,95%	6,20%	10,92%	6,395%	12,785%
Preço da ação considerado	16,89	16,89	16,89	6,59	11,63	2,51
Prazo de vida esperado das opções	21/10/2023	21/10/2024	21/10/2025	24/02/2024	24/02/2024	23/03/2025

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo na data da mensuração	4,46	3,11	1,37	4,39	12,45	2,66
Volatilidade anualizada esperada	36,64%	37,79%	37,10%	58,69%	53,92%	57,58%

	Outorgas 2023
	Lote único
	Monte Carlo
Modelo de precificação	
Rendimento dos dividendos	0,00%
Taxa livre de risco	12,97%
Preço da ação considerado	4,98
Prazo de vida esperado das opções	10/05/2026
Valor justo na data da mensuração	5,36
Volatilidade anualizada esperada	66,50%

Reconhecimento de despesas

As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital – ações outorgadas. As despesas reconhecidas no primeiro semestre de 2023 e 2022 e a reconhecer são como segue:

Período	Despesas reconhecidas				Total
	Outorgas 2019	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	
30/06/2022	649	3.584	1.644	-	5.877
30/06/2023	-	2.793	1.273	357	4.423

Ano	Despesas a reconhecer			
	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Total
2023	3.749	1.490	4.384	9.623
2024	1.121	2.963	8.722	12.806
2025	-	664	8.698	9.362
2026	-	-	3.098	3.098
	4.870	5.117	24.902	34.889



11. Estoques

11.1. Política contábil

Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo da mercadoria vendida. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

A provisão para perda dos estoques é estimada com base nas perdas históricas do Grupo, computadas por meio de inventários físicos realizados ao menos anualmente.

Os gastos com fretes para envio de mercadorias das centrais de distribuição para as lojas são registrados diretamente como despesas de vendas, no resultado do exercício, no momento em que ocorrem.

11.2. Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	1.032.828	871.063	1.032.745	870.872
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	1.163	681	1.163	681
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	42	811	42	811
Ajuste a valor presente	(27.785)	(17.289)	(27.785)	(17.289)
Provisão para perdas	(66.705)	(37.258)	(66.705)	(37.258)
	939.543	818.008	939.460	817.817
Importações em andamento	24.462	34.216	24.462	34.216
	964.005	852.224	963.922	852.033



11.3. Movimentação da provisão para perdas

Movimentação do período:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Saldo em 31 de dezembro	37.258	45.961
Provisão	34.305	26.728
Reversão por utilização	(4.858)	(4.663)
Saldo em 30 de junho	<u>66.705</u>	<u>68.026</u>

Movimentação do trimestre:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Saldo em 31 de março	48.971	55.166
Constituição/reversão	19.768	15.716
Perdas efetivadas	(2.034)	(2.856)
Saldo em 30 de junho	<u>66.705</u>	<u>68.026</u>

O Grupo realiza inventários periódicos dos produtos com alto risco de perda durante todo o ano e inventários completos de todos os itens uma vez ao ano. À medida que os inventários são realizados, os ajustes apurados são considerados como perdas efetivadas, consumindo as provisões para perdas de inventário que para esta finalidade foram registradas.

A provisão para perda dos estoques, que é sensível ao fluxo de pessoas nas lojas físicas, é constituída proporcionalmente às vendas. .

12. Tributos a recuperar

12.1. Política contábil

São considerados tributos a recuperar:

- . os tributos gerados nas operações usuais do Grupo e que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela,
- . e, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tributo derivado de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.



12.2. Composição dos tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Crédito extemporâneo de PIS /				
COFINS (12.2.1)	1.014.704	1.363.664	1.014.704	1.363.664
PIS/COFINS	404.524	164.489	404.550	164.498
ICMS	190.698	182.883	190.702	182.887
IRPJ/CSLL	57.286	39.060	57.779	39.456
IRRF	23.895	28.365	25.142	28.735
IPI	343	328	343	328
Outros	59.290	57.233	59.321	57.236
	1.750.740	1.836.022	1.752.541	1.836.804
Ativo circulante	987.939	898.651	989.740	899.433
Ativo não circulante	762.801	937.371	762.801	937.371

12.2.1 Crédito extemporâneo de PIS/COFINS

12.2.1.1. ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgado em 28 de fevereiro de 2019 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, com decisões favoráveis. Em 30 de junho de 2023, o saldo do crédito extemporâneo atualizado é de R\$713.150.

A Companhia tem expectativa de que a realização ocorra dentro dos prazos prescricionais, considerando os débitos fiscais gerados em suas operações normais.

12.2.1.2 Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM)

Em 30 de novembro de 2020 ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM a exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA. Em 30 de junho de 2023, os saldos atualizados dos créditos correspondem ao montante de R\$153.893.

12.2.1.3 Crédito Ação Judicial Lei do Bem

Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como “Lei do Bem”), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país até 31 de dezembro de 2018. O referido crédito foi reconhecido durante o exercício findo em 30 de dezembro 2022 e em 30 de junho de 2023 seu saldo atualizado é de R\$147.661.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2.1.4 Expectativa de realização dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS em 30 de junho de 2023:

Ano	R\$
2023	371.577
2024	193.609
2025	95.948
2026	106.645
2027	246.925
Total	1.014.704

A Administração avalia a cada trimestre a forma como serão compensados os créditos fiscais, podendo compensar os créditos de PIS e COFINS com os débitos fiscais gerados nas operações da Companhia, sem a utilização do crédito corrente, ou utilizar os créditos correntes na apuração. Quando opta por não utilizar os créditos correntes os mesmos são classificados para o longo prazo, até que todo o saldo dos créditos extemporâneos sejam compensados.

12.2.1.5 Movimentações dos Créditos extemporâneo de PIS e COFINS, nos períodos de de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Saldo em 31 de dezembro	1.363.664	1.521.074
Compensações	(388.749)	(228.526)
Atualizações	39.789	40.972
Saldo em 30 de junho	1.014.704	1.333.520

12.2.2 Créditos relativos ao ICMS

12.2.2.1. Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica

Em dezembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado em suas ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia reconheceu contabilmente sua melhor estimativa como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos. O saldo atualizado em 30 de junho de 2023 é de R\$78.674.



12.2.2.2. Crédito Ação Judicial DIFAL – venda consumidor final não contribuinte do ICMS

Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do leading case (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS – DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário, e baseado na interpretação do item 33 do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), o Grupo reconheceu contabilmente os valores, cujo saldo atualizado é de R\$15.371.

A Companhia aguarda a conclusão de suas ações para apurar os elementos necessários decorrentes das circunstâncias específicas envolvendo cada caso.

12.2.3 Créditos previdenciários

A Companhia, durante os períodos de 2010 e 2011, ajuizou Ações Ordinárias visando discutir a incidência da contribuição previdência sobre parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus colaboradores, tais como: salário maternidade, aviso prévio indenizado e auxílio nos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de doença. Em vista do posicionamento favorável da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, a Companhia obteve decisões favoráveis em cada tema. Nesse cenário, a Companhia procedeu ao registro parcial de sua melhor estimativa e, em 30 de junho de 2023, o saldo atualizado é de R\$52.550.

13. **Outros ativos**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas	55.625	36.367	55.625	36.426
I.P.T.U.	1.992	670	1.992	670
Empréstimo e adiantamentos a funcionários	6.486	1.928	6.509	1.928
Ativo atuarial	184	632	184	632
Outros	5.023	2.131	5.023	2.131
	69.310	41.728	69.333	41.787
Ativo circulante	67.256	39.200	67.279	39.259
Ativo não circulante	2.054	2.528	2.054	2.528



14. Imposto de renda e contribuição social

14.1. Política contábil

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributo diferido é gerado quando existem diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício é avaliada a recuperabilidade dos tributos diferidos e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2. Composição e movimentação dos tributos diferidos

Do Período:

	Saldo em 31/12/2022	Controladora		Saldo em 30/06/2023
		Aumento / (Redução)		
		no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas	412.633	39.777	-	452.410
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	94.806	5.322	-	100.128
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.160	10.082	-	30.242
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	6.411	(758)	-	5.653
Provisão para participação no lucro	22.401	(13.433)	-	8.968
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	80.613	3.567	-	84.180
Outras	73.086	(9.076)	1.326	65.336
Ativo fiscal diferido	710.110	35.481	1.326	746.917
Créditos extemporâneos	(276.650)	61.293	-	(215.357)
Ajustes a valor presente	(10.411)	(23.562)	-	(33.973)
Passivo fiscal diferido	(287.061)	37.731	-	(249.330)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	423.049	73.212	1.326	497.587

	Saldo em 31/12/2022	Consolidado		Saldo em 30/06/2023
		Aumento / (Redução)		
		no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas	412.633	39.777	-	452.410
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	94.806	5.599	-	100.405
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.160	11.680	-	31.840
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	6.411	(758)	-	5.653
Provisão para participação no lucro	22.401	(13.433)	-	8.968
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	80.613	3.567	-	84.180
Outras	73.086	(9.075)	1.326	65.337
Ativo fiscal diferido	710.110	37.357	1.326	748.793
Créditos extemporâneos	(276.650)	61.293	-	(215.357)
Ajustes a valor presente	(10.411)	(23.562)	-	(33.973)
Passivo fiscal diferido	(287.061)	37.731	-	(249.330)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	423.049	75.088	1.326	499.463

Controladora
Aumento / (Redução)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2021	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 30/06/2022
Prejuízos fiscais e bases negativas	364.017	81.444	-	445.461
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	86.626	2.482	-	89.108
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.534	7.878	-	29.412
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	8.498	(2.179)	-	6.319
Provisão para participação no lucro	19.176	(15.095)	-	4.081
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	62.451	10.129	-	72.580
Outras	70.062	(6.074)	1.408	65.396
Ativo fiscal diferido	632.364	78.585	1.408	712.357
Créditos extemporâneos	(252.091)	32.710	-	(219.381)
Ajustes a valor presente	(1.908)	(15.581)	-	(17.489)
Passivo fiscal diferido	(253.999)	17.129	-	(236.870)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	378.365	95.714	1.408	475.487

	Consolidado			
	Aumento / (Redução)			
	Saldo em 31/12/2021	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 30/06/2022
Prejuízos fiscais e bases negativas	364.017	81.504	-	445.521
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	86.626	2.482	-	89.108
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.972	7.440	-	29.412
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	8.498	(2.179)	-	6.319
Provisão para participação no lucro	19.176	(15.095)	-	4.081
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	62.451	10.129	-	72.580
Outras	70.062	(6.074)	1.408	65.396
Ativo fiscal diferido	632.802	78.207	1.408	712.417
Créditos extemporâneos	(252.091)	32.710	-	(219.381)
Ajustes a valor presente	(1.908)	(15.581)	-	(17.489)
Passivo fiscal diferido	(253.999)	17.129	-	(236.870)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	378.803	95.336	1.408	475.547



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Do Trimestre:

	Controladora			Saldo em 30/06/2023
	Aumento / (Redução)		no patrimônio líquido	
Saldo em 31/03/2023	no resultado			
Prejuízos fiscais e bases negativas	458.564	(6.154)	-	452.410
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	97.864	2.264	-	100.128
Provisão para perda de estoques e contas a receber	24.394	5.848	-	30.242
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.950	(297)	-	5.653
Provisão para participação no lucro	20.524	(11.556)	-	8.968
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	82.737	1.443	-	84.180
Outras	71.310	(5.726)	(248)	65.336
Ativo fiscal diferido	761.343	(14.178)	(248)	746.917
Créditos extemporâneos	(243.861)	28.504	-	(215.357)
Ajustes a valor presente	(25.021)	(8.952)	-	(33.973)
Passivo fiscal diferido	(268.882)	19.552	-	(249.330)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	492.461	5.374	(248)	497.587

	Consolidado			Saldo em 30/06/2023
	Aumento / (Redução)		no patrimônio líquido	
Saldo em 31/03/2023	no resultado			
Prejuízos fiscais e bases negativas	458.564	(6.154)	-	452.410
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	97.864	2.541	-	100.405
Provisão para perda de estoques e contas a receber	24.394	7.446	-	31.840
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.950	(297)	-	5.653
Provisão para participação no lucro	20.524	(11.556)	-	8.968
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	82.737	1.443	-	84.180
Outras	71.310	(5.725)	(248)	65.337
Ativo fiscal diferido	761.343	(12.302)	(248)	748.793
Créditos extemporâneos	(243.861)	28.504	-	(215.357)
Ajustes a valor presente	(25.021)	(8.952)	-	(33.973)
Passivo fiscal diferido	(268.882)	19.552	-	(249.330)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	492.461	7.250	(248)	499.463



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Saldo em 30/06/2022
	Aumento / (Redução)			
Saldo em 31/03/2022	no resultado	no patrimônio líquido		
Prejuízos fiscais e bases negativas	435.820	9.641	-	445.461
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	88.592	516	-	89.108
Provisão para perda de estoques e contas a receber	25.493	3.919	-	29.412
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	6.997	(678)	-	6.319
Provisão para participação no lucro	18.156	(14.075)	-	4.081
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	67.225	5.355	-	72.580
Outras	71.378	2.261	(8.243)	65.396
Ativo fiscal diferido	713.661	6.939	(8.243)	712.357
Créditos extemporâneos	(226.617)	7.236	-	(219.381)
Ajustes a valor presente	(11.326)	(6.163)	-	(17.489)
Passivo fiscal diferido	(237.943)	1.073	-	(236.870)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	475.718	8.012	(8.243)	475.487

	Consolidado			Saldo em 30/06/2022
	Aumento / (Redução)			
Saldo em 31/03/2022	no resultado	no patrimônio líquido		
Prejuízos fiscais e bases negativas	435.820	9.701	-	445.521
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	88.592	516	-	89.108
Provisão para perda de estoques e contas a receber	25.493	3.919	-	29.412
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	6.997	(678)	-	6.319
Provisão para participação no lucro	18.156	(14.075)	-	4.081
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	67.225	5.355	-	72.580
Outras	71.378	2.261	(8.243)	65.396
Ativo fiscal diferido	713.661	6.999	(8.243)	712.417
Créditos extemporâneos	(226.617)	7.236	-	(219.381)
Ajustes a valor presente	(11.326)	(6.163)	-	(17.489)
Passivo fiscal diferido	(237.943)	1.073	-	(236.870)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	475.718	8.072	(8.243)	475.547

14.3. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 30 de junho de 2023

O Grupo revisa a cada trimestre as projeções de resultado, e estima que realizará os tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	100.948	102.686
2024	58.306	58.444
2025	43.568	43.568
2026	81.268	81.268
2027	94.379	94.379
De 2028 a 2030	232.656	232.656
De 2031 a 2032	135.792	135.792
	746.917	748.793

14.4. Conciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Prejuízo antes dos impostos	(195.333)	(246.342)	(196.843)	(245.872)
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34%	66.413	83.756	66.927	83.596
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	(9.735)	(6.699)	-	-
Lucro não realizado nos estoques	-	(65)	-	(65)
Doações não dedutíveis	(1.274)	(1.148)	(1.274)	(1.148)
Ajustes de <i>transfer pricing</i>	(769)	(660)	(769)	(660)
Brindes e multas não dedutíveis	(276)	(305)	(414)	(927)
Subvenção para Investimento	2.298	2.428	2.298	2.428
IR e CS de exercícios anteriores	(101)	2.314	(101)	1.782
Indébito Tributário	16.511	16.093	16.511	16.093
Prejuízo Operacional	-	-	(1.068)	-
Imposto diferido não constituído sobre diferenças temporárias (*)	-	-	(7.550)	(5.858)
Outras adições e exclusões permanentes	145	-	153	-
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	-	-	8	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	73.212	95.714	74.720	95.241
Corrente	-	-	(368)	(95)
Diferido	73.212	95.714	75.088	95.336
	73.212	95.714	74.720	95.241
Alíquota efetiva	37%	39%	38%	39%

(*) Não estão sendo constituídos tributos diferidos na Controlada Orion, porque suas atividades serão transferidas para a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto durante o ano de 2023, portanto, não há expectativa de utilização dos prejuízos fiscais no curto prazo.



15. Investimento

15.1. Políticas contábeis

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração no resultado.

15.2. Combinações de negócios

15.2.1. Política contábil

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

O Grupo determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input* - (entrada de recursos) e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - (saída de recursos). O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - (entrada de recursos) adquirido em *outputs* - (saídas de recursos), e os *inputs* - (entradas de recursos) adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* - (saída de recursos).

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

15.3 Informações sobre investimento em controladas

Controladas Diretas	30/06/2023							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita bruta	Prejuízo	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Orion	99,99%	116.335	(52.860)	63.475	79.818	(25.324)	63.474	(25.324)
C&A Pay Holding	99,99%	300.065	(295.674)	4.391	125	(3.292)	4.391	(3.292)
Moda Lab	99,00%	32	-	32	-	(16)	(51)	(16)*
Total							67.814	(28.631)

* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab e a equivalência patrimonial se refere ao lucro não realizado nos estoques.

Controlada Indireta	30/06/2023							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita bruta	Prejuízo	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
C&A Pay SCD	99,99%	300.065	(295.674)	4.391	125	(3.292)	4.391	(3.292)

Controladas diretas	31/12/2022							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita bruta	Prejuízo	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Orion	99,99%	563.045	(514.247)	48.798	119.640	(52.477)	48.798	(52.474)
Moda Lab	99,00%	49	-	49	2.801	(2)	(143)	(193)*
Total							48.655	(52.667)

* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab e a equivalência patrimonial se refere ao lucro não realizado nos estoques.

15.4 Movimentação do investimento

	C&A pay			
	Orion	holding	Moda Lab	Total
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2021	31.272	-	-	31.272
Equivalência patrimonial	(52.474)	-	(2)	(52.476)
Adiantamento para futuro aumento de capital	70.000	-	-	70.000
Aumento de capital	-	-	50	50
Lucros não realizados nos estoques	-	-	(191)	(191)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2022	48.798	-	(143)	48.655
Equivalência patrimonial	(25.324)	(3.291)	(16)	(28.631)
Aumento de capital	40.000	7.682	-	47.682
Lucros não realizados nos estoques	-	-	108	108
Saldos de investimentos em 30 de junho de 2023	63.474	4.391	(51)	67.814



16. Imobilizado

16.1. Política contábil

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção dos bens, deduzidos dos impostos recuperáveis. São acrescidos da contrapartida da provisão para restauração de loja nos casos em que elas não estejam incluídas em direitos de uso, reduzidos por depreciação e provisão para perda de ativo não financeiro (*impairment*). A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Ao início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo para restauração e os métodos de depreciação são revistos e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Para avaliação da vida útil é levada em consideração a expectativa de utilização dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e quaisquer evidências de que o ativo possa ter uma vida útil diferente da originalmente registrada. Essa avaliação é documentada mediante laudo e elaborada por especialistas do Grupo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

16.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Provisão de <i>impairment</i>	30 de junho de 2023
Máquinas e equipamentos	237.833	(146.000)	(1.271)	90.562
Móveis e utensílios	560.466	(344.278)	(1.607)	214.581
Equips. Informática	282.474	(207.922)	(276)	74.276
Veículos	470	(469)	-	1
Benfeitorias	1.389.400	(950.450)	(13.410)	425.540
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	8.274	-	-	8.274
Provisão para restauração de lojas	2.970	(1.278)	-	1.692
	2.482.013	(1.650.397)	(16.564)	815.052
Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Provisão de <i>impairment</i>	31 de dezembro de 2022
Máquinas e equipamentos	234.113	(139.508)	(1.303)	93.302
Móveis e utensílios	555.481	(325.043)	(1.931)	228.507
Equips. Informática	284.440	(196.765)	(387)	87.288
Veículos	534	(533)	-	1
Benfeitorias	1.381.956	(927.774)	(14.365)	439.817
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	14.787	-	-	14.787
Provisão para restauração de lojas	2.880	(1.163)	-	1.717
	2.474.317	(1.590.786)	(17.986)	865.545

O Grupo não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições (iii)	Depreciação	Baixas	Transferências	Transferências para intangível	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 30 de junho de 2023
Máquinas e equiptos	6,5%	93.302	-	(6.308)	(98)	3.635	-	31	90.562
Móveis e utensílios	10,8%	228.507	4.347	(20.774)	(456)	2.633	-	324	214.581
Equip. informática	20,3%	87.288	4.485	(16.590)	(251)	(126)	(640)	110	74.276
Veículos	20,0%	1	-	-	-	-	-	-	1
Benfeitorias (i)	9,4%	439.817	100	(35.324)	(2.929)	22.920	-	956	425.540
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	14.787	22.549	-	-	(29.062)	-	-	8.274
Provisão devolução de lojas (ii)	-	1.717	90	(115)	-	-	-	-	1.692
Total		865.545	31.571	(79.111)	(3.734)	-	(640)	1.421	815.052

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições (iii)	Depreciação	Baixas	Transferências	Transferências para intangível	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 30 de junho de 2022
Máquinas e equiptos	7,7%	98.864	974	(6.359)	(2.817)	1.907	-	3.493	96.062
Móveis e utensílios	14,5%	229.769	12.386	(25.377)	(356)	4.270	-	366	221.058
Equip. informática	20,2%	89.808	9.559	(14.832)	(237)	2.345	-	257	86.900
Veículos	20,0%	14	-	(13)	-	-	-	-	1
Benfeitorias (i)	10,5%	397.914	-	(40.923)	(964)	54.566	-	2.214	412.807
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	18.291	61.295	-	-	(63.088)	-	-	16.498
Provisão devolução de lojas	-	1.483	180	(99)	-	-	-	-	1.564
Total		836.269	84.394	(87.603)	(4.374)	-	-	6.330	835.016

- (i) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens ou prazo do contrato de aluguel, dos dois o menor.
- (ii) O Grupo possui 30 contratos de arrendamentos com pagamentos totalmente variáveis. A estes contratos estão vinculadas provisões para desmantelamento e devolução.
- (iii) Durante o 1º semestre de 2023, o Grupo adquiriu R\$31.571 de ativos imobilizados, dos quais R\$12.986 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (R\$7.700 durante o 1º semestre de 2022) e R\$19.364 foram desembolsados em 2023 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro 2022 (no primeiro semestre de 2022 foram desembolsados R\$43.700 referente aos anos anteriores).

**16.4. Revisão de vida útil**

Durante o ano 2022 o Grupo efetuou, com o auxílio de consultoria especializada, a revisão da vida útil de seus ativos em consonância ao pronunciamento CPC 27 Ativo Imobilizado. Essa revisão foi necessária para que a vida útil dos ativos refletisse a estratégia atual de investimentos do Grupo. A metodologia aplicada no estudo consistiu na realização de pesquisas, análises técnicas e documentais que indicassem determinados intervalos de vida útil, levando em consideração a tipologia, natureza de cada bem, aplicação na operação do Grupo, condições de operação e manutenção do ativo.

A seguir, demonstramos os novos prazos de vida útil, para as classes de ativos que sofreram alteração em 2022:

Vida útil média (anos)			
Classes Contábeis	2023	2022	2021
Máquinas e Equipamentos	15	15	13
Móveis e Utensílios	9	9	7
Benfeitorias	11	11	9

17. Intangível**17.1. Política contábil**

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Para ativos intangíveis com vida útil indefinida são performados testes de recuperabilidade anualmente.



17.2. Composição do intangível

Controladora	30/06/2023				31/12/2022			
	Custo	Amortização acumulada	Provisão de impairment	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Provisão de impairment	Saldo Contábil
Software	1.205.523	(675.826)	(64)	529.633	1.136.302	(578.031)	(119)	558.152
Fundo de comércio	68.606	(49.481)	-	19.125	72.211	(50.977)	(750)	20.484
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	31.460	-	-	31.460	27.066	-	-	27.066
Total	1.720.589	(725.307)	(64)	995.218	1.650.579	(629.008)	(869)	1.020.702

Consolidado	30/06/2023				31/12/2022			
	Custo	Amortização acumulada	Provisão de impairment	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Provisão de impairment	Saldo Contábil
Software	1.205.987	(675.972)	(64)	529.951	1.136.765	(578.131)	(119)	558.515
Fundo de comércio	68.606	(49.481)	-	19.125	72.211	(50.977)	(750)	20.484
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	31.460	-	-	31.460	27.066	-	-	27.066
Total	1.721.053	(725.453)	(64)	995.536	1.651.042	(629.108)	(869)	1.021.065

17.3. Movimentação intangível

	Controladora								Saldo em 30 de junho de 2023
	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições(I)	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	
Software	18,5%	558.152	-	(97.651)	(154)	68.591	640	55	529.633
Fundo de comércio	10,0%	20.484	-	(1.419)	(1.750)	1.060	-	750	19.125
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	27.066	74.045	-	-	(69.651)	-	-	31.460
Total		1.020.702	74.045	(99.070)	(1.904)	-	640	805	995.218

	Controladora								Saldo em 30 de junho de 2022
	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	
Software	16,6%	364.375	-	(74.549)	(80)	192.639	-	49	482.434
Fundo de comércio	10,0%	19.633	-	(1.355)	(11)	321	-	11	18.599
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	176.231	84.989	-	-	(192.960)	-	-	68.260
Total		975.239	84.989	(75.904)	(91)	-	-	60	984.293



Consolidado									
	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições(i)	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 30 de junho de 2023
Software	18,5%	558.515	-	(97.696)	(154)	68.591	640	55	529.951
Fundo de comércio	10,0%	20.484	-	(1.419)	(1.750)	1.060	-	750	19.125
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	27.066	74.045	-	-	(69.651)	-	-	31.460
Total		1.021.065	74.045	(99.115)	(1.904)	-	640	805	995.536

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilizado	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 30 de junho de 2022
Software	16,6%	364.831	-	(74.595)	(80)	192.639	-	49	482.844
Fundo de comércio	10,0%	19.633	-	(1.355)	(11)	321	-	11	18.599
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	176.231	84.989	-	-	(192.960)	-	-	68.260
Total		975.695	84.989	(75.950)	(91)	-	-	60	984.703

- (i) Durante o primeiro semestre de 2023, o Grupo adicionou R\$74.045 à conta de intangíveis dos quais R\$12.353 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores e R\$30.355 foram desembolsados em 2023 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2022.

18. Redução do Valor Recuperável (Impairment)

18.1. Política contábil

A Administração revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização (*impairment*) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. O Grupo considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício *store contribution* menor que 5% sobre as vendas líquidas e/ou lojas que apresentaram *impairment* no ano anterior. As lojas devem ter mais de três anos, que é a idade para ser considerada uma loja madura no Grupo.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros.



Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto depois dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O Grupo também registra provisão para redução ao valor recuperável de fechamento de lojas quando são aprovados pela Administração. A provisão é feita no montante estimado de baixas de ativos, a qual é revertida no momento da baixa efetiva.

18.2. Premissas

O Grupo utilizou projeções de fluxo de caixa, depois do imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado foram consideradas as premissas abaixo:

- (i) Receitas: projetadas até o prazo final do contrato de aluguel da loja;
- (ii) Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas corrigidos por uma inflação estimada de 5,23% a.a. para 2023 e 3,5% para os períodos subsequentes, baseadas em estimativa do Banco Central; e
- (iii) Taxa de desconto: calculada levando em consideração taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital do Grupo. A taxa de desconto utilizada foi de 13,98% a.a.. Para o cálculo da taxa de desconto, o Grupo considera o passivo de arrendamento como parte da atividade de financiamento.

Na data base 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Grupo mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Teste de recuperabilidade		Reforma e encerramento de lojas		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Imobilizado	(15.974)	(15.974)	(590)	(2.012)	(16.564)	(17.986)
Intangível	(64)	(119)	0	(750)	(64)	(869)
Total	(16.038)	(16.093)	(590)	(2.762)	(16.628)	(18.855)



19. Arrendamentos

19.1. Política contábil

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O Grupo utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, bruto de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, que é definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente ao que o Grupo teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso do Grupo na renovação de seus contratos. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, o Grupo considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, o Grupo revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2)/IFRS16. Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.



19.2 Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento

Baseado na Revisão de Pronunciamentos Técnicos - N.º 16/2020 que apresenta esclarecimentos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)/IFRS16, referentes a benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento, o Grupo avaliou os acordos obtidos com seus parceiros arrendadores e concluiu que as negociações nos aluguéis decorrentes da COVID-19 não compreendem uma alteração contratual, logo, sem impacto de remensuração dos arrendamentos. O montante de desconto líquidos de impostos obtido nas negociações durante o período de janeiro a março de 2022 foi de R\$6.440, registrados no resultado do período sob a rubrica despesa de ocupação. O período abrangido por esse pronunciamento se encerrou em 30 de junho de 2022, portanto, não houve valores a serem registrados no ano de 2023.

19.3 Taxa de juros incremental

O Grupo chegou às suas taxas de juros incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo ("spread" de crédito). Os *spreads* foram obtidos a partir dos *spreads* observados em dívidas emitidas por companhias do mesmo risco e setor (debêntures). As taxas são atualizadas para cada novo contrato de aluguel.

Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Prazos dos contratos	30/06/2023		31/12/2022	
	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)
de 0 a 3 anos	-	-	8,0 – 10,6	14,9 – 16,4
de 3 a 5 anos	7,9	14,5	7,3	13,4
de 5 a 6 anos	3,5	7,9	4,0 – 8,1	9,1 – 14,7
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	3,2 – 7,7	6,8 – 14,5	3,2 - 7,7	6,8 - 14,3



19.4 Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Equipamentos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.541.306	24.141	1.565.447	(1.789.212)
Amortização (i)	(185.927)	(2.468)	(188.395)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(83.942)
Pagamentos realizados	-	-	-	258.340
Provisão para custos de desmontagem	90	-	90	-
Contratos novos/renovados/encerrados (ii)	23.545	3.403	26.948	(26.948)
Remensuração (iii)	104.807	52	104.859	(102.278)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.483.821	25.128	1.508.949	(1.744.040)
Passivo circulante				(478.279)
Passivo não circulante				(1.265.761)

- (i) Montante apresentado nesta tabela não se apresenta deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos no valor de R\$23.045 e sobre os juros no valor de R\$6.249, que foram registrados diretamente em resultado como redutores da despesa de amortização e de juros.
- (ii) Refere-se a entrada de 7 contratos novos.
- (iii) Refere-se à revisão anual de reajuste inflacionário sobre os pagamentos mínimos de arrendamento previstos em contratos e renovações de aluguel;

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Equipamentos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.635.512	4.778	1.640.290	(1.814.148)
Amortização	(188.132)	(1.594)	(189.726)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(80.129)
Pagamentos realizados	-	-	-	238.047
Provisão para custos de desmontagem	810	-	810	-
Pagamentos antecipados	590	-	590	-
Redução ao valor recuperável	18	-	18	-
Contratos novos/renovados/encerrados (ii)	47.169	3.427	50.596	(47.126)
Remensuração	112.425	408	112.833	(112.833)
Saldo em 30 de junho de 2022	1.608.392	7.019	1.615.411	(1.816.189)
Passivo circulante				(505.585)
Passivo não circulante				(1.310.604)

a) Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo à orientação da CVM e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (3,2% a 14,5%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenário	Taxa incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Nominal	Com projeção da inflação
2	Nominal	Sem projeção da inflação (contabilizado)



O cenário 2 foi o adotado pelo Grupo para o período findo em 30 de junho de 2023, conforme determina o CPC06(R2) / IFRS16, apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

	30/06/2023	31/12/2022
Passivo de arrendamento		
Cenário 1	1.758.971	2.033.448
Cenário 2 (contabilizado)	1.744.040	1.789.212
Encargos Financeiros		
Cenário 1	86.776	87.981
Cenário 2 (contabilizado)	83.942	165.719
Despesa de Depreciação		
Cenário 1	180.108	435.603
Cenário 2 (contabilizado)	188.395	381.532
Total de Despesa		
Cenário 1	266.884	523.584
Cenário 2 (contabilizado)	272.337	547.251

b) Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	30/06/2023		31/12/2022	
	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS
Com vencimento				
Menos de um ano	497.193	(44.553)	513.238	(44.118)
De um a cinco anos	1.352.428	(121.010)	1.391.273	(125.785)
Mais de cinco anos	482.511	(42.631)	475.322	(41.983)
Total dos pagamentos mínimos	2.332.132	(208.194)	2.379.833	(211.886)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	(588.092)	52.163	(590.621)	52.979
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.744.040	(156.031)	1.789.212	(158.907)
Passivo Circulante	478.279		513.238	
Passivo Não circulante	1.265.761		1.275.974	

O direito potencial de PIS/COFINS refere-se ao montante que o Grupo terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, a despesa relativa aos 19 contratos de arrendamento variável foi de R\$2.560 (17 contratos no mesmo período de 2022 foi de R\$2.408). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$7.317 (R\$10.512 no período findo de 30 de junho de 2022), e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras.



Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis.

O Grupo não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

c) Redução ao valor recuperável

Os ativos de direito de uso também são sujeitos ao teste de valor recuperável. A metodologia é a mesma que do imobilizado (Nota 18).

20. Fornecedores

20.1 Política contábil

Fornecedores representam as obrigações do Grupo decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações e sua reversão tem como contrapartida o resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores.

20.2 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias	643.061	706.318	643.061	706.318
Fornecedor Bradescard	504.509	469.328	504.509	469.328
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	292.474	324.069	308.278	335.908
Ajuste a valor presente	(20.364)	(20.597)	(20.364)	(20.597)
	1.419.680	1.479.118	1.435.484	1.490.957
Passivo circulante	903.918	1.466.548	919.722	1.478.387
Passivo não circulante	515.762	12.570	515.762	12.570

Fornecedor Bradescard

O Grupo adquiriu o balcão Bradesco no valor de R\$415 milhões, que está registrado sob a rubrica de fornecedores de longo prazo. O montante é atualizado mensalmente e o resultado da correção monetária é registrado contra as despesas financeiras no subgrupo “juros com fornecedores” (nota 30). Em 30 de junho de 2023 o valor corrigido é de R\$505 milhões.



As condições do contrato original foram renegociadas e, entre outras alterações, a liquidação que estava prevista para janeiro de 2023 foi postergada para julho de 2025. Este novo contrato também possui cláusula restritiva (“covenants”), com as mesmas condições mencionadas no item 23.5 Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para empréstimos e debêntures.

Ajuste a valor presente

O Grupo efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros que se aproximam das praticadas no mercado. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram de 1,07% e 1,12%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada na conta de despesa financeira.

21 Obrigações de risco sacado

21.1 Política contábil

O Grupo possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com o Grupo e, também, através de convênios com instituições financeiras.

Nesses convênios, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelo Grupo. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre o Grupo e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram considerados como passivos operacionais.

21.2 Composição dos saldos

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Obrigações de Risco Sacado	312.392	386.266
	312.392	386.266

O Grupo recebeu com essa operação uma comissão no montante de R\$4.596 referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 (R\$1.894 durante o mesmo período de 2022). Durante o primeiro semestre de 2023 a taxa de desconto ficou entre 1,23% a.m. a 1,87% a.m. (ante 1,28% a.m. a 1,78% a.m. durante o mesmo período de 2022).



Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foram antecipados R\$39.400 pelos fornecedores diretamente com o Grupo e a receita foi de R\$178 registrada como receita financeira, líquida do custo de captação (durante o mesmo período de 2022 foram antecipados R\$87 e a receita foi de R\$1).

22 Empréstimos e debêntures

22.1 Política contábil

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo.

O Grupo também considera as operações de empréstimos com terceiros como atividades de financiamento.

22.2 Composição dos empréstimos e debêntures

Descrições	Taxas a.a.	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Nota Promissórias	100% CDI+ 1,09%	2023	-	506.881	-	506.881
CCB (i)	100% CDI+ 2,79%	2023 a 2024	85.274	106.694	85.274	106.694
Debêntures 1ª Emissão série única (ii)	100% CDI+ 2,15%	2024 a 2025	508.359	508.661	508.359	508.661
Notas Comerciais escriturais – série única, 1ª emissão (iii)	100% CDI + 2,45%	2026 a 2027	260.793	260.951	260.793	260.951
Debêntures 2ª Emissão 1ª série (iv)	100% CDI + 2,10%	2025	252.368	252.368	252.368	252.368
Debêntures 2ª Emissão 2ª série (iv)	100% CDI + 2,40%	2025 a 2028	359.571	359.571	359.571	359.571
Notas Comerciais escriturais – série única, 2ª emissão (v)	100% CDI+ 2,10%	2024	51.286	-	51.286	-
Notas Comerciais escriturais – série única, 3ª emissão (vi)	100% CDI+ 2,70%	2024 a 2025	202.842	-	202.842	-
Conta Garantida (vii)	100% CDI+2,10%	2023	-	-	-	163.457
(-) Custo de transação a apropriar			(9.733)	(7.751)	(9.733)	(7.751)
Total			1.710.760	1.987.375	1.710.760	2.150.832
Passivo circulante			416.252	582.558	416.252	746.015
Passivo não circulante			1.294.508	1.404.817	1.294.508	1.404.817

i. Em 30 de setembro de 2020, o Grupo realizou a emissão de duas CCBs, sendo:

- a primeira no valor de R\$230.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,95% ao ano, com pagamento de juros semestrais em 6 parcelas e a amortização do principal na data de vencimento em 2023. Em 14 de dezembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente essa CCB cujo vencimento original era 30 de junho de 2023.



- a segunda no valor de R\$120.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,90% ao ano, com pagamento em 6 parcelas de R\$20.000, sendo o primeiro vencimento em janeiro de 2022 e o final em julho de 2024. A Companhia repactuou o contrato. A parcela com vencimento em janeiro de 2022 foi postergada para julho de 2024 e a remuneração foi alterada para o equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,79% ao ano.

Os custos incorridos com as emissões das CCBs (1ª e 2ª emissão), incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.647 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 é de R\$232 (R\$463 no ano de 2022).

- ii. Em 20 de maio de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (CVM n° 476), no montante de R\$500.000, com remuneração de 100% do DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,15% ao ano, com vigência de 4 (quatro) anos, sendo amortizado anualmente, em 2 (duas) parcelas, a partir do terceiro ano (inclusive), contado da data de emissão das debêntures, sendo a primeira parcela, 50% do valor nominal unitário, em 20 de maio de 2024 e, a última, na data de vencimento, em 20 de maio de 2025. Os custos incorridos com a 1ª emissão de debêntures, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.619 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 é de R\$452 (R\$905 no ano de 2022).
- iii. Em 18 de março de 2022, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais ("Notas Comerciais" e "Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei n° 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada ("Lei 14.195"), e da Instrução CVM 476, no montante de R\$250.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,45% ao ano e prazo de liquidação previsto para 18 de março de 2027. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo médio das dívidas da Emitente. Os custos incorridos com a primeira emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$1.528 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 é de R\$153 (R\$229 no ano de 2022).



- iv. Em 08 de abril de 2022, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Companhia, no montante de R\$600.000 (seiscentos milhões) dos quais, R\$247.500 (duzentos e quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais) são referentes às debêntures da primeira série e R\$352.500 (trezentos e cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais) são referentes às debêntures da segunda Série. A primeira série com remuneração de 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 2,10% ao ano e a segunda série com remuneração de 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 2,40% ao ano. As debêntures da primeira série terão prazo de vigência de 42 (quarenta e dois) meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 13 de novembro de 2025 (“data de vencimento das debêntures da primeira série”), e as debêntures da segunda série terão prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 13 de maio de 2028 (“data de vencimento das debêntures da segunda série”). Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$4.521 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 é de R\$481 (R\$641 no ano de 2022).
- v. Em 25 de abril de 2023, a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de notas comerciais, para distribuição pública, em rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da lei 14.195 e da resolução CVM 160, no montante de R\$50.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,10% ao ano e prazo de liquidação previsto para 25 de abril de 2024. Os recursos líquidos captados por meio da emissão serão integralmente destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo das dívidas da Emitente. Os custos incorridos com a segunda emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$536 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no período findo em 30 de junho de 2023 é de R\$134.
- vi. Em 22 de maio de 2023, a Companhia realizou a 3ª (Terceira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, (“Termo de Emissão”, “Notas Comerciais” e “Emissão”, respectivamente, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 (“Lei 14.195 e com a Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), no montante de R\$200.000, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,70% ao ano e prazo de liquidação previsto para 25 de maio de 2025. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão integralmente destinados para o capital de giro da emitente. Os custos incorridos com a segunda emissão de notas comerciais, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.331 e estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. O valor apropriado no período findo em 30 de junho de 2023 é de R\$278.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desde 01 de dezembro de 2021, o Grupo, realizava captações através da sua controlada Orion Instituição de Pagamentos cujo objetivo era liquidar as linhas de financiamento das carteiras de parcelado com juros, atraso, saque e refinanciamento da operação do novo cartão C&A Pay. Em 02 de maio de 2023, o Grupo liquidou os contratos de contas garantidas no valor de R\$201.500.

Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte do Grupo.

22.3 Previsão de pagamentos

A seguir a previsão de pagamentos dos empréstimos em 30 de junho de 2023:

Vencimentos	Controladora	Consolidado
2023	58.305	58.305
2024	476.028	476.028
2025	663.508	663.508
2026	212.359	212.359
2027	212.588	212.588
2028	87.972	87.972
	1.710.760	1.710.760

22.4 Movimentação dos empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Saldo em 31 de dezembro	1.987.375	1.358.756	2.150.832	1.374.826
Novos empréstimos/debêntures	250.000	850.000	381.372	1.019.294
Juros	132.915	105.489	132.915	105.844
Juros a repassar	-	-	(1.899)	12.320
Custo de captação	(3.950)	(5.811)	(4.750)	(5.906)
Amortização dos custos	1.968	1.209	2.767	1.209
Pagamento de principal	(432.500)	(21.500)	(725.429)	(104.577)
Pagamento dos juros	(225.048)	(62.432)	(225.048)	(62.432)
Saldo em 30 de junho	1.710.760	2.225.711	1.710.760	2.340.578

22.5 Cláusulas contratuais restritivas “covenants”

Com base nas cláusulas dos contratos vigentes, o Grupo deve cumprir com os seguintes “covenants” financeiros, cuja mensuração é anual, em 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:



- Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.

O Grupo monitora periodicamente os indicadores financeiros que podem impactar os *covenants*. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade do Grupo de conduzir seus negócios até o momento.

23 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Salários, participação nos lucros e encargos sociais	87.332	128.638	87.723	128.638
Férias, 13º salário e encargos sociais	103.330	77.464	104.268	77.464
	190.662	206.102	191.991	206.102
Passivo circulante	181.779	198.732	183.108	198.732
Passivo não circulante	8.883	7.370	8.883	7.370

24 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
ICMS	58.227	151.788	58.227	151.788
PIS/ COFINS	48.726	100.039	49.008	101.170
ISS	4.899	4.991	5.041	5.482
Outros	735	4.999	1.656	5.464
	112.587	261.817	113.932	263.904
Passivo circulante	103.666	245.954	105.011	248.041
Passivo não circulante	8.921	15.863	8.921	15.863



25 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

25.1 Política contábil

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e o Grupo tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados para fins de apresentação nas demonstrações contábeis.

25.2 Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, constitui provisões para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis, com perspectiva de futura saída de recurso financeiro pelo Grupo.

	Controladora				
	31/12/2022	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	30/06/2023
Tributárias	245.782	3.600	(23)	8.586	257.945
Trabalhistas 23.2 (iv)	29.371	6.818	(4.887)	1.634	32.936
Cíveis	3.688	3.656	(3.861)	130	3.613
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	278.841	14.074	(8.771)	10.350	294.494
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(96.091)	-	-	(3.582)	(99.673)
Provisão líquida de depósitos judiciais	182.750	14.074	(8.771)	6.768	194.821
	Consolidado				
	31/12/2022	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	30/06/2023
Tributárias	245.782	3.600	(23)	8.586	257.945
Trabalhistas 23.2 (iv)	29.371	6.818	(4.887)	1.634	32.936
Cíveis	3.785	4.374	(3.861)	130	4.428
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	278.938	14.792	(8.771)	10.350	295.309
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(96.091)	-	-	(3.582)	(99.673)
Provisão líquida de depósitos judiciais	182.847	14.792	(8.771)	6.768	195.636



	Controladora e Consolidado				
	31/12/2021	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	30/06/2022
Tributárias	220.978	2.498	-	5.487	228.963
Trabalhistas	30.095	2.590	(5.358)	2.142	29.469
Cíveis	3.710	1.822	(2.101)	264	3.695
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	254.783	6.910	(7.459)	7.893	262.127
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(85.257)	-	-	(4.594)	(89.851)
Provisão líquida de depósitos judiciais	169.526	6.910	(7.459)	3.299	172.276

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

(i) PIS/COFINS

O Grupo mantém em 30 de junho de 2023 provisão para riscos de PIS e COFINS no montante de R\$147.414 (R\$136.976 em 31 de dezembro de 2022). Os valores mais significativos são decorrentes de créditos utilizados como insumos na sua atividade-fim, no valor de R\$94.700 (R\$86.387 em 31 de dezembro de 2022) e créditos de Cofins Importação, no montante de R\$44.243 (R\$ 42.374 em 31 de dezembro de 2022). Para este último caso, em 30 de junho de 2023, o Grupo mantém o saldo de depósito atualizado no valor de R\$46.104 (R\$ 43.842 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O Grupo mantém em 30 de junho de 2023 provisão para riscos de ICMS no montante de R\$46.331 (R\$44.422 em 31 de dezembro de 2022). Sendo os valores mais significativos decorrentes de temas relacionados a créditos de fornecedores considerados inidôneos pelos órgãos fazendários, no montante de R\$11.108 (R\$10.899 em 31 de dezembro 2022) e discussões relacionadas a incidência do ICMS sobre encargos vinculados às operações com energia elétrica, no montante de R\$26.199 (R\$24.005 em 31 de dezembro 2022) .

(iii) Outras tributárias

O Grupo mantém em 30 de junho de 2023, provisão para riscos tributários relacionados a outros tributos, no montante de R\$64.199 (R\$64.384 em 31 de dezembro de 2022). Sendo os valores mais significativos decorrentes de temas relacionados ao FGTS, no montante de R\$16.023 (R\$16.768 em 31 de dezembro de 2022) e CPRB - Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta, referente ao caso em que se discute a exclusão dos valores de ICMS e ISS de sua base de cálculo, no montante de R\$42.164 (R\$41.897 em 31 de dezembro 2022).



(iii.i) ISS e ICMS na base de cálculo – CPRB

Em 28 de Agosto de 2013, o Grupo entrou com ação judicial em que se discute a exclusão dos valores de ICMS e ISS da base de cálculo da CPRB - Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta. O Grupo optou por realizar os pagamentos mensais da CPRB mediante depósitos judicial, a partir de janeiro de 2014 à novembro de 2015. Em 30 de junho de 2023, o montante atualizado do depósito é de R\$ R\$ 34.352 (R\$ 33.108 em 31 de dezembro 2022). Para este caso, o Grupo mantém a provisão registrada no valor de R\$ 42.163 (R\$ 41.897 em 31 de dezembro 2022).

(iv) Cíveis e trabalhistas

A mensuração da provisão para disputas trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de perdas sobre o valor total da causa (que representa a exposição máxima a que o Grupo está sujeita), informada para cada processo pelos assessores jurídicos do Grupo. Essa mensuração é revisada semestralmente, sendo a revisão mais recente no mês de junho de 2023. Já a mensuração da provisão das disputas cíveis considera a média histórica global de êxito e de pagamentos, e a avaliação individual de casos de valores relevantes.

(v) Depósitos judiciais com passivo correspondente

Adicional de 1% do COFINS importação

Em 7 de março de 2013, o Grupo entrou com ação judicial para exigir o direito a crédito sobre o adicional de 1% relativo ao COFINS incidente sobre a importação de alguns de seus produtos e, por decorrência da obtenção de medida liminar, passou a se apropriar de tais créditos. Em 26 de março de 2018, houve a cassação da tutela que autorizava a utilização do crédito, o que obrigou o Grupo a oferecer depósito judicial para garantir a suspensão da exigibilidade e, assim, continuar com a discussão judicial. Em 30 de junho de 2023 o montante atualizado do depósito é de R\$ 46.104 (R\$43.841 em 31 de dezembro de 2022). Para este caso, o Grupo mantém a provisão registrada no valor de R\$44.243 (R\$42.374 em 31 de dezembro 2022).

25.3 Depósitos judiciais

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é no total, atualizado, como segue:



O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo por natureza da discussão é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Tributários	23.664	32.893	23.664	32.893
Trabalhistas e Cíveis	28.175	28.397	28.192	28.397
Total	51.839	61.290	51.856	61.290

Para os depósitos judiciais mencionados, não há provisão constituída devido à avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores legais.

25.4 Contingências não provisionadas

Em 30 de junho de 2023, o Grupo possui o montante atualizado de R\$233.134 (R\$362.640 em 31 de dezembro de 2022), relativo a demandas judiciais e/ou administrativas com expectativa de perda avaliada como possível, razão pela qual não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes.

Abaixo estão sumariadas as principais demandas, com valores do principal acrescido de multa e juros, e cuja perda é possível na avaliação de nossos assessores jurídicos:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
PIS e COFINS - Alíquota zero na venda de eletrônicos (a)	-	191.472
PIS/COFINS - Glosa de créditos (b)	74.303	26.373
PIS/COFINS - Compensações não homologadas (c)	44.088	41.259
Tributos de Importação sobre Royalties (d)	19.499	18.794
INSS - Compensações não homologadas e outros (e)	39.833	38.297
ICMS - Glosa de créditos e outros (f)	38.036	29.681
Outras demandas	17.375	16.764
	233.134	362.640

- (a) Refere-se à execução fiscal pela cobrança de débitos oriundos do benefício da alíquota zero do PIS e da COFINS, pela venda de produtos eletrônicos, previsto na Lei nº 11.196/05 ("Lei do Bem"). Considerando a decisão favorável, que reconheceu o direito a fruição do benefício fiscal (vide Nota 12.2.1.3).
- (b) Refere-se a autos de infração nos quais foram glosados créditos de PIS e COFINS sobre despesas consideradas como insumo pelo Grupo nos exercícios de 2012 e 2014.
- (c) Processos administrativos em que discute a não homologação de pedidos de compensação.
- (d) Refere-se a autos de infração nos quais se exigem Imposto sobre Importação, PIS/PASEP - Importação e COFINS - Importação ante a não inclusão de Royalties pagos por uso de marcas licenciadas, na base de cálculo de mercadorias importadas.



- (e) Auto de infração para cobrança de contribuições previdenciárias supostamente incidentes sobre valores pagos a título de Assistência Médica e Hospitalar a seus funcionários e empregados segurados relativamente ao período de 12/12/1997 e 28/02/2005. Em fevereiro de 2020, com base em decisão favorável ao Grupo houve reversão de parte do valor; e processos administrativos em que discute a não homologação de pedidos de compensação.
- (f) Processos judiciais e administrativos em que se discute a glosa de créditos pelo fisco.

Com relação às causas cíveis e trabalhistas, o Grupo informa que as provisões são revisadas periodicamente e constituídas para os processos com expectativa de perda provável levando em consideração a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle do Grupo, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que o Grupo venha a perder.

26 Patrimônio líquido

26.1 Política contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

26.2 Capital social

Em 30 de junho de 2023, o capital social no valor de R\$1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas, das quais a quantidade de ações em circulação é de 103.469.435 ações ordinárias (104.150.035 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022).

A composição acionária em 30 de junho de 2023 é apresentada como segue:

	30/06/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
COFRA Investment SARL	100.363.049	32,56%	100.363.049	32,56%
Incas SARL	100.939.166	32,75%	100.939.166	32,75%
COFRA Latin America	17.121	0,02%	17.121	0,02%
Administração	899.686	0,29%	805.797	0,26%
Tesouraria	2.650.500	0,86%	1.969.900	0,64%
Ações em circulação	103.375.546	33,54%	104.150.035	33,79%
Total	308.245.068	100%	308.245.068	100%



Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 135.000.000 de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 443.245.068 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

26.3 Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2023, o saldo das ações em tesouraria é de R\$8.498 correspondente a 2.650.500 ações (R\$6.778 em 31 de dezembro de 2022 correspondente a 1.969.900 ações).

26.4 Reserva de capital – ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as opções outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 10.

26.5 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

26.6 Reserva de lucros a realizar

Em 30 de junho de 2023 a reserva de lucros a realizar destinado pela Companhia é de R\$75.720 (R\$75.720 em 31 de dezembro de 2022).

26.7 Reserva para investimento

Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro do Grupo e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 28 de abril de 2022, a Assembleia Geral deliberou pela destinação de R\$227.160 do lucro relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para a conta de reserva de investimentos o qual já foi utilizado.



26.8 Reserva para incentivos fiscais

O Grupo goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconhece seus impactos como crédito na demonstração de resultado nos períodos ao longo dos quais reconhece os custos relacionados. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Essa destinação de resultado para incentivos fiscais, é feita anualmente, em dezembro. Em 30 de junho de 2023 o total da reserva para incentivos fiscais é de R\$12.341 (R\$ 12.341 em 31 de dezembro de 2022). O Grupo destinou em 2022 o montante de R\$789.

26.9 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 32.

27 Dividendos e JSCP a Pagar

27.1 Política contábil

Conforme previsto em Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal e acrescido de reversão de reservas anteriormente formadas, e é reconhecida como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

27.2 Distribuição de JSCP e dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o lucro apurado pela Companhia foi destinado a reserva legal e reserva de incentivos fiscais conforme mencionado na Nota 26.

28 Receita líquida

28.1 Política contábil

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos a seguir também devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, que caracteriza o cumprimento da obrigação de desempenho pelo Grupo.

As receitas de prestação de serviços são compostas por comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes C&A Pay, por comissões pela venda de recargas e outras comissões.

c) Recebíveis

A controlada Orion reconhece a receita por ocasião da liquidação dos títulos vencidos há longa data pertencentes à sua carteira de recebíveis, cujo direito creditório foi adquirido do Banco Bradesco. Essa política foi adotada devido à incerteza do recebimento desses títulos por parte do devedor junto ao Banco Bradesco, que repassa o recurso recebido para a Orion subsequentemente.

d) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor.

e) Receita de juros

A receita de juros é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva na rubrica de "Receita financeira" na demonstração do resultado.

f) Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros

Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito. O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobradas dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação do Grupo, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados.



g) Rendas com título de crédito

Representa os juros das vendas parceladas e juros de atraso da carteira originada na SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“SCD”) e cedida ao FIDC -Fundo de Investimento a um Direito Creditório. Em conformidade com o regime de competência, as receitas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem na medida em que seja provável o seu recebimento. As operações formalizadas com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pro rata dia e está registrada como receita com produtos financeiros.

h) Direitos não exercidos de clientes

O Grupo reconhece uma receita quando há expectativa, baseada em comportamentos passados, de os clientes não exercerem seus direitos contratuais referentes a pré-pagamentos não restituíveis. Isso ocorre no caso de vale-troca e cartão presente emitidos e não utilizados até o prazo de validade.

28.2 Composição da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Venda de mercadorias	3.750.787	3.730.807	3.750.787	3.730.807
Cancelamentos, trocas e vouchers	(215.564)	(235.043)	(215.564)	(235.043)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(828.629)	(799.671)	(828.629)	(800.102)
Receita líquida com venda de mercadorias	2.706.594	2.696.093	2.706.594	2.695.662
Receita de comissão em vendas de serviços financeiros – parceria Bradescard	21.130	78.758	21.130	78.758
Receita de comissão em vendas de seguros	7.856	11.701	7.856	11.701
Receita de outras comissões e prestação de serviços	12.835	12.417	12.835	12.417
Receita líquida com securitização de crédito	-	-	1.098	1.353
Receita com produtos financeiros (*)	36.936	10.048	154.828	43.162
Impostos sobre comissões e serviços	(11.095)	(11.918)	(20.803)	(15.789)
Receita líquida com prestação de serviços	67.662	101.006	176.944	131.602
	2.774.256	2.797.099	2.883.538	2.827.264

(*) A partir de maio/23 as operações com característica de financiamento do C&A Pay até então sustentadas pela cláusula mandato junto à instituição financeira parceira, foram migradas para a SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“SCD”). A carteira originada na SCD por sua vez, é cedida, no dia seguinte à sua originação, a um FIDC -Fundo de Investimento a um Direito Creditório, o qual registra juros das vendas parceladas e juros de atraso.



29 Resultado por natureza

29.1 Classificado por função

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.379.430)	(1.423.026)	(1.379.677)	(1.423.389)
Gerais e administrativas	(364.228)	(331.449)	(366.273)	(334.644)
Vendas	(985.748)	(1.118.864)	(1.037.026)	(1.149.829)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(103.086)	(13.386)
Outras receitas operacionais, líquidas	11.517	13.284	11.260	12.300
	(2.717.889)	(2.860.055)	(2.874.802)	(2.908.948)

29.2 Custo das vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Custo das mercadorias vendidas	(1.344.742)	(1.394.051)	(1.344.634)	(1.393.950)
Custo com perda de mercadorias	(34.467)	(28.650)	(34.467)	(28.650)
Custo dos serviços prestados	(221)	(325)	(221)	(325)
Custo dos serviços financeiros	-	-	(355)	(464)
	(1.379.430)	(1.423.026)	(1.379.677)	(1.423.389)

29.3 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Pessoal	(144.366)	(148.749)	(146.181)	(151.722)
Material/serviços de terceiros	(66.938)	(63.050)	(67.098)	(63.240)
Depreciação e amortização	(107.464)	(84.530)	(107.511)	(84.576)
Depreciação direito de uso	(12.392)	(13.313)	(12.392)	(13.313)
Ocupação	(7.522)	(4.629)	(7.522)	(4.629)
Outros	(25.546)	(17.178)	(25.569)	(17.164)
	(364.228)	(331.449)	(366.273)	(334.644)



29.4 Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Pessoal	(324.754)	(343.236)	(342.993)	(360.890)
Material/serviços de terceiros	(132.100)	(157.334)	(153.547)	(167.728)
Depreciação direito de uso	(159.207)	(159.414)	(159.207)	(159.414)
Depreciação e amortização	(70.715)	(78.977)	(70.715)	(78.977)
Ocupação	(167.951)	(182.177)	(167.951)	(182.177)
Publicidade e Promoção	(44.933)	(99.965)	(44.961)	(99.965)
Outros	(86.088)	(97.761)	(97.652)	(100.678)
	(985.748)	(1.118.864)	(1.037.026)	(1.149.829)

29.5 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

São considerados outras (despesas) receitas operacionais valores que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Grupo e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Resultado na baixa de ativos	(4.269)	(4.274)	(4.269)	(4.274)
Reversão (provisão) <i>impairment</i> :				
Encerramento/reforma de lojas/CDs	2.227	5.669	2.227	5.669
Teste de recuperabilidade	-	738	-	738
Recuperação de créditos fiscais	13.275	22.063	13.275	22.063
Reversão (provisão) contingências tributárias	(2.643)	(778)	(2.643)	(778)
Consultorias Estratégicas	-	(7.284)	-	(7.284)
Estruturação FIDC	-	-	(212)	-
Outros	2.927	(2.850)	2.882	(3.834)
	11.517	13.284	11.260	12.300



30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
<u>Variação cambial</u>				
Variação cambial – Compras	1.599	1.228	1.599	1.228
	1.599	1.228	1.599	1.228
<u>Despesa financeira</u>				
Juros sobre empréstimos	(132.915)	(105.456)	(132.915)	(105.456)
Juros sobre arrendamento	(77.694)	(75.921)	(77.694)	(75.921)
Despesa financeira de fornecedores – AVP	(55.277)	(38.688)	(55.277)	(38.688)
Juros com fornecedor Bradescard	(35.182)	(21.702)	(35.182)	(21.702)
Juros sobre impostos e contingências	(11.610)	(8.663)	(11.610)	(8.663)
Encargos com antecipação de recebíveis (nota 8.3)	(10.007)	-	(3.105)	-
Outras despesas financeiras	(3.867)	(3.465)	(4.830)	(4.707)
	(326.552)	(253.895)	(320.613)	(255.137)
<u>Receita financeira</u>				
Juros e atualização monetária (a)	49.362	50.067	49.084	50.011
Juros sobre aplicação financeira	55.633	34.449	59.658	35.050
Receita financeira de fornecedores	3.533	4.656	3.533	4.656
Outros	4	4	3	4
	108.532	89.176	112.278	89.721
<u>Resultado FIDC C&A Pay</u>				
	(6.756)	-	-	-
	(6.756)	-	-	-
<u>Resultado com Títulos e valores mobiliários</u>				
	-	-	1.157	-
	-	-	1.157	-
<u>Resultado financeiro, líquido</u>				
	(223.177)	(163.491)	(205.579)	(164.188)

- (a) Em junho de 2023, as receitas com juros contemplam o valor de R\$39.789 (R\$40.973 em junho de 2022) referente a atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R\$1.850 (R\$1.905 em junho de 2022).



31 Informações por segmentos

A Administração do Grupo definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, varejo e serviços financeiros e as principais características para cada uma das divisões são:

- (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios, celulares em lojas físicas e e-commerce.
- (ii) Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros ou operações próprias com o cartão C&A Pay

	Varejo		Serviços Financeiros		Total	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Receita com terceiros	2.716.394	2.706.140	167.144	121.124	2.883.538	2.827.264
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.379.101)	(1.422.600)	(576)	(789)	(1.379.677)	(1.423.389)
Lucro bruto	1.337.293	1.283.540	166.568	120.335	1.503.861	1.403.875
Generais e administrativas	(710.187)	(824.882)	(96.918)	(86.557)	(807.105)	(911.439)
Vendas	(237.885)	(231.218)	(8.485)	(5.536)	(246.370)	(236.754)
Perdas em créditos, líquidas			(103.086)	(13.386)	(103.086)	(13.386)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.516	12.299	(256)	1	11.260	12.300
Resultado gerado pelos segmentos	400.737	239.739	(42.177)	14.857	358.560	254.596
Depreciação e amortização	(342.606)	(328.404)	(7.218)	(7.876)	(349.824)	(336.280)
Resultado financeiro					(205.579)	(164.188)
Impostos sobre o lucro					74.720	95.241
Prejuízo do período					(122.123)	(150.631)



32 Instrumentos financeiros e gestão de capital

32.1 Política Contábil

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

a) Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo, os custos da transação são alocados diretamente no resultado. Para as contas a receber a prazo, o ativo financeiro é trazido a valor presente pela taxa básica de juros do dia do fechamento das demonstrações contábeis.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.



O Grupo possui ativos financeiros classificados como Ativos financeiros ao custo amortizado; ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem as contas: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"). O Grupo adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

O Grupo contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.



Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Derivativos são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla a parcela inefetiva dos instrumentos derivativos utilizados pelo Grupo para fins de *hedge Accounting* e as aplicações em títulos e valores mobiliários (LFTs) mantidas para negociação.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- O Grupo transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (a) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo mantiver. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Grupo, dos dois, o menor.



Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia a necessidade de provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros ativos classificados como custo amortizado. Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, uma vez que, conforme a avaliação de risco para perdas estas, estão concentradas nas vendas não reconhecidas pelos clientes e recebíveis com parceiros de negócio. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas decorrentes da avaliação periódica da carteira de recebíveis efetuada pela Administração.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias ou mais. Essa situação refere-se a recebíveis com parceiros de negócios. Os casos são analisados individualmente e a provisão é constituída se há expectativa de perda desses valores.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro, o Grupo mantinha somente passivos financeiros classificados nas categorias de (i) passivo financeiro ao custo amortizado e (ii) derivativos classificados como instrumentos de *hedge*.

Os passivos financeiros do Grupo são fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas, arrendamento mercantil a pagar e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar, classificados pelo Grupo como passivos financeiros ao custo amortizado, após reconhecimento inicial, inclusive os sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.



Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por compras futuras a serem realizadas em moeda estrangeira para liquidar dívidas com fornecedores estrangeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *Hedge* de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira.



No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, o Grupo classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual o Grupo deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como o Grupo irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto ao *hedge* de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O índice de *hedge* é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de *hedge* e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de *hedge* quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDF's) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de *Hedge* do Grupo.

Hedge que satisfaz os critérios para a contabilidade de *hedge* do Grupo está registrado da seguinte forma:

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco do Grupo para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.



Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinuado sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

e) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.



32.2 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados de forma criteriosa, seguindo os limites e procedimentos definidos pela política financeira do Grupo. Cabe ao comitê de Auditoria acompanhar e garantir cumprimento da Política Financeira.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes e de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiro derivativos.

Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

O Grupo busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% dos empréstimos estão no mercado de renda fixa e indexados ao CDI. O Grupo também está exposto ao CDI na operação a pagar ao Bradescard referente à compra do balcão.

A administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.



Foram realizados testes considerando cenários para próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 30 de junho de 2023 (CDI anualizado 13,22% e 6,51% para o período de seis meses).

Controladora								
Risco	Saldo em 30/06/2023	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros		
				Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	
Aplicações financeiras(i)	Baixa CDI	691.687	CDI (i)	43.792	54.740	65.688	32.844	21.896
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.710.760)	CDI (i)	(111.370)	(139.213)	(167.056)	(83.528)	(55.685)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(504.509)	CDI (i)	(32.844)	(41.055)	(49.266)	(24.633)	(16.422)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(1.523.582)		(100.422)	(125.528)	(150.634)	(75.317)	(50.211)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(66.279)	(82.848)	(99.418)	(49.709)	(33.139)

(i) Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 102,01% do CDI.

Consolidado								
Risco	Saldo em 30/06/2023	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros		
				Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	
Aplicações financeiras(ii)	Baixa CDI	934.475	CDI (i)	54.976	68.720	82.464	41.232	27.488
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.710.760)	CDI (i)	(111.370)	(139.213)	(167.055)	(83.527)	(55.685)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(504.509)	CDI (i)	(32.844)	(41.055)	(49.266)	(24.633)	(16.422)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(1.280.794)		(89.238)	(111.548)	(133.857)	(66.928)	(44.619)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(58.897)	(73.622)	(88.346)	(44.172)	(29.449)

(i) Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 94,74% do CDI.

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. A política de gestão de risco cambial é definida pela Administração do Grupo e aprovada pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

O Grupo se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de *hedge* definido na contratação da NDF. Estes impostos representam 36% do valor do pedido.



No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais o Grupo não está protegido. O Grupo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira do Grupo mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar.

A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 30 de junho de 2023. A estimativa dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

	Risco	Nocional USD (Pagar)/ Receber	Cenários Negativos			
			Cenário Provável USD 1 = R\$ 5,00	Cenário Possível +25% USD 1 = R\$ 6,25	Cenário Remoto + 50% USD 1 = R\$ 7,50	
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(31.335)	(5.665)	(44.833)	(84.002)
Instrumento de Hedge	NDF	Baixa do dólar	15.280	2.763	21.863	40.963
	Exposição líquida de pedidos de importação		(16.055)	(2.902)	(22.970)	(43.039)
	Impostos não recuperáveis (36%)		(11.280)	(2.039)	(16.140)	(30.241)
	Exposição líquida total		(27.335)	(4.941)	(39.110)	(73.280)
	Efeito no resultado líquido de IR/CS		(18.041)	(3.261)	(25.813)	(48.365)

USD em 30/06/2023 = R\$4,8192

Instrumentos financeiros designados para hedge accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, o Grupo administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial do Grupo.

A partir de outubro de 2016, o Grupo designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas importações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de proteger a volatilidade do custo de entrada das mercadorias no estoque em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de entradas de mercadorias no estoque em Dólar referente às importações de produtos que serão comercializados pelo Grupo, contra o risco de flutuação de taxa de câmbio Dólar em relação ao Real, adotando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como NDFs, em valores, vencimentos e moeda equivalentes ao *budget* de importações em Dólar.

As transações para as quais o Grupo fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição à variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingindo as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das importações:

Data prevista	US\$ milhares Budget (hedgeado)	Vencimento	Contraparte	US\$ milhares NDF valor de referência
jul/23	(2.104)	jul/23	Bradesco	2.104
jul/23	(1.537)	jul/23	XP Investimento	1.537
ago/23	(1.063)	ago/23	Bradesco	1.063
ago/23	(1.663)	ago/23	Itaú	1.663
ago/23	(404)	ago/23	XP Investimento	404
set/23	(999)	set/23	Bradesco	999
set/23	(999)	set/23	XP Investimento	999
out/23	(1.740)	out/23	Bradesco	1.740
nov/23	(1.727)	nov/23	Itaú	1.727
dez/23	(3.044)	dez/23	XP Investimento	3.044
	(15.280)			15.280

Os instrumentos financeiros estão mensurados a valor justo, na categoria nível 2, que envolve técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.



Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por data de vencimento em aberto em 30 de junho de 2023 contratos a termo (non-deliverable forward – NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (nocial) – USD	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	27/01/2023	19/07/2023	1.537	(650)
Termo	Comprado	NDF	29/03/2023	19/07/2023	1.189	(499)
Termo	Comprado	NDF	14/04/2023	19/07/2023	915	(202)
Termo	Comprado	NDF	28/02/2023	16/08/2023	1.063	(601)
Termo	Comprado	NDF	14/04/2023	16/08/2023	1.663	(409)
Termo	Comprado	NDF	30/06/2023	16/08/2023	404	(35)
Termo	Comprado	NDF	29/03/2023	20/09/2023	999	(455)
Termo	Comprado	NDF	14/04/2023	20/09/2023	999	(260)
Termo	Comprado	NDF	14/04/2023	18/10/2023	1.740	(451)
Termo	Comprado	NDF	05/06/2023	16/11/2023	1.727	(317)
Termo	Comprado	NDF	30/06/2023	20/12/2023	3.044	(407)
					15.280	(4.286)
Ativo circulante						-
Passivo circulante						(4.286)

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados a valor justo. Dessa forma, no início da transação de hedge, o valor contábil e valor justo são iguais.

Em 30 de junho de 2023, as operações de NDF não liquidadas apresentam um saldo devedor líquido dos efeitos tributários no montante de R\$2.829 (saldo devedor líquido de R\$254 em 31 de dezembro de 2022), lançado em outros resultados abrangentes.

O valor apresentado nas demonstrações do resultado abrangente refere-se à variação entre as operações não liquidadas em dezembro/2022 e junho/2023. No período findo em 30 de junho de 2023, o custo das mercadorias vendidas foi impactado negativamente com as operações de NDF no montante de R\$5.660 (perda de R\$11.176 no mesmo período de 2022).

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2023, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação foram efetivas, com base na normativa prevista pelo CPC 48/IFRS 9. Para testar a efetividade, o Grupo compara as alterações no valor do instrumento de hedge com as alterações no valor do item protegido atribuíveis ao risco coberto. Caso a operação se torne inefetiva, a parcela inefetiva é registrada diretamente no resultado, no período em que ocorrer. A inefetividade pode ocorrer devido às diferenças no timing dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de hedge. Não houve parcelas inefetivas nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

De acordo com a política do Grupo, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.

ii) *Recebíveis*

De dezembro de 2021 a abril de 2023 o Grupo operou, através da controlada Orion, o cartão de sua titularidade, o C&A Pay. A partir de maio de 2023 essa operação passou a ser responsabilidade de outra controlada, a SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto, a qual cede esses recebíveis a um FDIC – C&A Pay Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios. Atualmente a Companhia é a única cotista desse fundo.

As perdas esperadas das operações de *Private Label* do C&A Pay são constituídas pelo Grupo com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso.

À medida que a operação do cartão C&A Pay obtiver maturidade, as estimativas e metodologias são revisadas para adequar os níveis de provisão de forma que reflita alterações no cenário macroeconômico e/ou mudanças no perfil dos clientes.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

O risco de crédito das demais operações do Grupo é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradescard e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão de crédito, o risco é integralmente transferido a elas, ficando para o Grupo apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradescard, existe uma perda potencial, limitada à 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradescard.

c) Risco de liquidez

Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de:

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i) se precaver em momentos de incerteza;
- ii) garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão;
- iii) garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

O Grupo investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras, operações compromissadas e fundos de investimento de crédito privado que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração). O Grupo também investe em LFTs (Nota 7) que podem ou não ser mantidos até o vencimento. O que é mantido até o vencimento está registrado ao custo amortizado e o que é disponível para venda está a valor justo.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados do Grupo:

Em 30 de junho de 2023	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamento mercantil	478.279	891.896	373.865	1.744.040
Empréstimos	416.252	1.294.508	-	1.710.760
Fornecedores	919.722	515.762	-	1.435.484
Obrigações do risco sacado	312.392	-	-	312.392
Total	2.126.645	2.702.166	373.865	5.202.676

32.3 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

O Grupo administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, o Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no período findo em 30 de junho de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento				
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	1.710.760	1.987.375	1.710.760	2.150.832
Caixa e equivalentes de caixa	(717.104)	(1.627.977)	(960.844)	(1.674.091)
Aplicações financeiras	(4.510)	(8.735)	(4.510)	(8.735)
Dívida (caixa) líquida	989.146	350.663	745.406	468.006
Participação de acionistas não controladores	-	-	(1)	1
Total do patrimônio líquido	2.878.202	3.000.195	2.878.201	3.000.196
Índice de alavancagem financeira	34%	12%	26%	16%

C&A Modas S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de junho de 2023, o saldo do passivo de arrendamento correspondeu a R\$1.744.040 (R\$1.789.212 em 31 de dezembro de 2022). Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem do Grupo seria de 95%, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento				
Dívida (caixa) líquida	989.146	350.663	745.406	468.006
Passivo de arrendamento	1.744.040	1.789.212	1.744.040	1.789.212
Dívida líquida ajustada	2.733.186	2.139.875	2.489.446	2.257.218
Total do patrimônio líquido	2.878.202	3.000.195	2.878.201	3.000.196
Índice de alavancagem financeira	95%	71%	86%	75%



32.4 Instrumentos financeiros - classificação

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos e classificados:

Controladora

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	717.104	-	-	717.104
Aplicações financeiras	4.510	-	-	4.510
Contas a receber	686.135	-	-	686.135
FIDC C&A Pay	-	575.244	-	575.244
Partes relacionadas	325	-	-	325
Depósitos judiciais	51.839	-	-	51.839
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.744.040)	-	-	(1.744.040)
Fornecedores	(1.732.072)	-	-	(1.732.072)
Empréstimos e debêntures	(1.710.760)	-	-	(1.710.760)
Derivativos	-	-	(4.286)	(4.286)
Partes relacionadas	(62.406)	-	-	(62.406)
Total em 30 de junho de 2023	(3.789.365)	575.244	(4.286)	(3.218.407)

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.627.977	-	-	1.627.977
Aplicações financeiras	8.735	-	-	8.735
Contas a receber	1.065.961	-	-	1.065.961
Derivativos	-	-	1.371	1.371
Partes relacionadas	4.411	-	-	4.411
Depósitos judiciais	61.290	-	-	61.290
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.789.212)	-	-	(1.789.212)
Fornecedores	(1.865.384)	-	-	(1.865.384)
Empréstimos e debêntures	(1.987.375)	-	-	(1.987.375)
Derivativos	-	-	(1.756)	(1.756)
Partes relacionadas	(48.567)	-	-	(48.567)
Total em 31 de dezembro de 2022	(2.922.164)	-	(385)	(2.922.549)



Consolidado

	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	947.234	13.610	-	960.844
Aplicações financeiras	4.510	-	-	4.510
Contas a receber	1.091.199	-	-	1.091.199
Partes relacionadas	145	-	-	145
Depósitos judiciais	51.856	-	-	51.856
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.744.040)	-	-	(1.744.040)
Fornecedores	(1.747.876)	-	-	(1.747.876)
Empréstimos e debêntures	(1.710.760)	-	-	(1.710.760)
Derivativos	-	-	(4.286)	(4.286)
Partes relacionadas	(30.722)	-	-	(30.722)
Total em 30 de junho de 2023	(3.138.454)	13.610	(4.286)	(3.129.130)

	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.674.091	-	-	1.674.091
Aplicações financeiras	8.735	-	-	8.735
Contas a receber	1.278.206	-	-	1.278.206
Derivativos	-	-	1.371	1.371
Partes relacionadas	171	-	-	171
Depósitos judiciais	61.290	-	-	61.290
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.789.212)	-	-	(1.789.212)
Fornecedores	(1.877.223)	-	-	(1.877.223)
Empréstimos e debêntures	(2.150.832)	-	-	(2.150.832)
Derivativos	-	-	(1.756)	(1.756)
Partes relacionadas	(43.592)	-	-	(43.592)
Total em 31 de dezembro de 2022	(2.838.366)	-	(385)	(2.838.751)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros do Grupo foram avaliados em 30 de junho de 2023 e 2022 pela hierarquia na categoria nível 2 que correspondem a dados observáveis significativos.



32.5 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento no consolidado do Grupo:

	31 de dezembro de 2022	Fluxos de caixa	Juros Incorridos	Remensuração passivo arrendamento	Outros	30 de junho de 2023
Arrendamentos (i)	1.789.212	(258.340)	83.942	102.278	26.948	1.744.040
Empréstimos e debêntures	2.150.832	(575.754)	132.915	-	2.767	1.710.760
Total	3.940.044	(834.094)	216.857	102.278	29.715	3.454.800

(i) O valor apresentado em "Outros" refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.

	31 de dezembro de 2021	Fluxos de caixa	Juros Incorridos	Remensuração passivo arrendamento	Outros	30 de junho de 2022
Arrendamentos (i)	1.814.148	(238.047)	80.129	112.833	47.126	1.816.189
Empréstimos e debêntures	1.374.826	846.379	118.164	-	1.209	2.340.578
Total	3.188.974	608.332	198.293	112.833	48.335	4.156.767

(ii) O valor apresentado em "Outros" refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.

33 Seguros contratados

O Grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil e transporte de mercadoria. Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Responsabilidade Civil	313.688	290.781
Patrimônio e Estoque	529.900	633.230
Transporte	66.270	69.807
	909.858	993.818



34 Plano de aposentadoria

34.1 Política contábil

O Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, o Grupo reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Grupo na forma de redução em contribuições futuras.

34.2 Plano de aposentadoria

Em 30 de junho de 2023, o Grupo contribuiu com R\$1.713 (R\$ 3.593 em 30 de junho de 2022) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 30 de junho de 2023 é de 5.069 participantes (5.647 em 31 de dezembro de 2022), tendo 184 participantes assistidos (185 em 31 de dezembro de 2022).

Em 30 de junho de 2023, o valor justo dos ativos do plano relacionados ao benefício mínimo, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R\$184 (R\$632 em 31 de dezembro de 2022).



35 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa.

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	30/06/2023	30/06/2022
Resultado básico por ação		
Prejuízo líquido do exercício	(122.119)	(150.628)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	305.594.568	307.263.768
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,3996)	(0,4902)
Resultado diluído por ação		
Prejuízo líquido do exercício	(122.119)	(150.628)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	305.594.568	307.263.768
Média ponderada das opções outorgadas no plano de remuneração baseada em ações	-	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	305.594.568	307.263.768
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,3996)	(0,4902)

O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 10.

Em 30 de junho de 2023 e 2022 o plano de remuneração baseado em ações proporcionaria um efeito anti-dilutivo, e por isso não foi considerado no cálculo acima demonstrado.